



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 147

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 147

134ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Indicações	02
Requerimentos	04
Projetos de Leis.....	08
Pequeno Expediente:	
Dep. Geraldo Cartário.....	12
Dep. Tadeu Veneri.....	14
Grande Expediente:	
Dep. Jocelito Canto.....	15

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT	
Dep. Geraldo Cartário.....	12

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	18
Discussão/Votação	
2ª Discussão	19
Redação Final	32
2ª Discussão	33
1ª Discussão	33
Requerimentos	33

Encerramento da Sessão34

Publicações:

Presidência	
Ato	34
Diretoria Geral	
Portaria DAT	35

DIÁRIO Nº 147

134ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão

Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano e Miltinho Pupio (03).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados: Francisco Bühler e Mamede (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Indicações*****INDICAÇÃO Nº 360/07****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Fazenda Heron Harzua a criação do programa de estímulo à emissão de notas fiscais para combater a sonegação de impostos no estado do Paraná.

Ao Sr. Governador, Srs. Secretários:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda, a criação do programa de estímulo a emissão de notas fiscais para combater a sonegação de impostos no estado do Paraná, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Não é hábito dos contribuintes solicitar notas fiscais quando da aquisição de produtos ou serviços. Com tal prática, o estado deixa de arrecadar os impostos devidos e conseqüentemente, não tem recursos disponíveis para solucionar os problemas sociais existentes.

Assim sendo, seria muito interessante que o Governo do Estado, através da Secretaria de Fazenda, elaborasse um projeto que tivesse como objetivo estimular os contribuintes a solicitar notas fiscais.

Uma idéia seria conceder ao consumidor que solicita notas fiscais a devolução de 30% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) incidente sobre o valor da mercadoria adquirida.

Os créditos seriam acumulados na Secretaria da Fazenda. O consumidor poderia reverter esse dinheiro em descontos no valor do Imposto à Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do ano seguinte até a totalidade da cobrança; em créditos transferidos a outra pessoa, seja ela física ou jurídica; e ter o depósito do valor acumulado em conta corrente ou poupança, ou ainda em debitados da fatura do cartão de crédito desde que em instituições nacionais públicas.

Também para estimular a solicitação das notas pelo consumidor, o Governo poderia criar sorteios de entrega de prêmios aos consumidores que armazenarem o maior número de notas fiscais dos produtos comprados no decorrer de cada ano.

Ficaria a cargo da Secretaria da Fazenda a elaboração do prazo de validade dos créditos, que como sugestão, poderia ser até o final do mandato do Governador Requião, ou seja, 2010.

Não há nenhum segredo no funcionamento do sistema, ou seja, o acesso é extremamente fácil. Ao realizar uma compra, o consumidor deverá informar ao prestador do serviço o seu CPF ou CNPJ, este [último no caso de empresa, e solicitar a nota fiscal ou a Secretaria da Fazenda criar um sistema de nota fiscal on-line para que logo que o empresário executar o recolhimento, automaticamente o consumidor receberá o seu crédito devido no mesmo instante.

Assim sendo o próprio consumidor poderá monitorar seus créditos no site da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

A implantação do programa de incentivos à solicitação da nota fiscal deverá combater “no mínimo” 30% da sonegação fiscal no estado. Além disso, representa a diminuição da carga tributária individual e o aumento da base de arrecadação tributária.

Fica sob responsabilidade da Secretaria Estadual da Fazenda criar detalhes ao bom funcionamento deste programa.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Deputados para aprovação da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 361/07**SÚMULA:**

Solicita a recuperação da Rodovia da Maçã - PR-512 no município da Lapa/PR.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário do Estado dos Transportes.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - A solicitação da recuperação da Rodovia da Maçã PR-512, localizada no município da Lapa/PR.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação se justifica em razão da grande relevância desta estrada para as comunidades da região.

Além disso, a PR-512 está num estado precário, pondo em risco o transporte dos produtos agropecuários originários da região, bem como, impedindo a locomoção segura e adequada dos veículos que ali transitam.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Através do presente, informo à V. Exa. que o Partido Democratas, indica como integrante da Comissão da Mata Atlântica, o Deputado Plauto Miró.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação nominal do item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3376

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação nominal da emenda de plenário ao substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 604/07, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 3348

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da funcionária Taquígrafa deste Poder Doroti Wolkmer Linhares, ocorrido no dia 10 de novembro de 2007. Nesta capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 56 anos de idade faleceu dia 10 de novembro de 2007, nesta capital, a funcionária Taquígrafa deste Poder, Doroti Wolkmer Linhares.

O passamento de Doroti Wolkmer Linhares veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e colegas de trabalho, dentre eles este Parlamento.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Todo Poderoso para que os familiares da Sra. Doroti Wolkmer Linhares encontrem na fé e na esperança o conforto nesta hora tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Wolkmer Linhares endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3349

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento o Sr. Ronaldo Martins, ocorrido dia 10 de novembro de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com apenas 34 anos de idade faleceu tragicamente, dia 10 de novembro de 2007, o Sr. Ronaldo Martins, que era funcionário deste Poder. Era filho de Tabajara Martins e Begay Lobo Martins, deixou viúva a Sra. Simone S. Gonçalves Martins.

Seu desaparecimento veio entristecer profundamente seus familiares, parentes, colegas de serviço e amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos, resta-nos todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

A família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais o esquecerão e sua maneira de ser, seus gestos, seu companheirismo e carinhos dispensados a todos sempre serão lembrados.

Rogamos ao Pai Celeste que conceda aos nossos amigos, familiares de Ronaldo Martins, o conforto necessário neste momento de tristeza.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Martins, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3350

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Filgueira dos Santos, no município de São Carlos do Ivaí.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 70 anos de idade faleceu o Sr. José Filgueira dos Santos no município de São Carlos do Ivaí, era comerciante aposentado. Deixou viúva a Sra. Maria Alves, deixou ainda 6 filhos e 7 netos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares do Sr. José Filgueira dos Santos, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Filgueira dos Santos, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Izaltino Rossi, ocorrido no dia 07 de novembro de 2007, no município de São João/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Iraci Tonieto, enviando correspondência à R. São Francisco 126, bairro Parque Campestre, São João/PR.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Às vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contudentes mistérios e se tornam inexplicáveis.

Assim é que definimos o falecimento de Izaltino Rossi, um homem de personalidade forte, grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes, que faziam com que ele fosse uma das principais lideranças políticas no município.

Desde cedo, Izaltino Rossi deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários, participando ativamente das grandes decisões.

Gaúcho de Maximiliano de Almeida, Izaltino foi soldado da FEB (Força Expedicionária Brasileira), na 2ª Guerra Mundial, para libertar a Itália do comando de Benito Mussolini. Ao voltar da Itália, em 1948, instalou-se em São João.

Izaltino trabalhava na agricultura e paralelamente foi Juiz de Paz por 2 vezes, ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Associação Rural de São João, CTG, o Clube União e a COASUL (hoje Cooperativa Agroindustrial), da qual foi o primeiro Presidente e ocupou vários cargos. Foi um dos fundadores da Escola Marcílio Dias, do Clube dos Idosos e participou das diretorias do conselho de pastoral da Igreja Católica.

Na política, Izaltino exerceu o cargo de Vereador por 4 legislaturas, 2 como Vereador eleito e 2 ficou como suplente, mas acabou assumindo a vaga. Em 2 ocasiões também foi Presidente do Legislativo. Ele foi militante do PTB e depois do PMDB.

Além dos dotes como político, era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte. Infelizmente a morte de Izaltino Rossi abriu uma lacuna, que dificilmente será preenchida em São João.

Solicito que seja aprovado por esta Casa de Leis a presente proposição, em homenagem aos serviços prestados em vida pelo combativo homem público, rogando a Deus que abençoe a sua família e que o receba, reservando-lhe um bom lugar na morada eterna.

REQUERIMENTO Nº 3359

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Mathias, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Candinho Pontes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Alves Salgado, ocorrido em 06 de novembro passado.

Requer seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 3346

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao jornal Folha de Londrina, que está comemorando 59 anos de fundação.

O ex-Ministro e empresário José Eduardo de Andrade Vieira conta com uma destacada equipe de profissionais da área de comunicação, que, juntos, fazem da Folha de Londrina um dos jornais mais respeitados deste país.

O jornal é uma referência, contando com jornalistas locais, colunistas conceituados em níveis locais, estadual e nacional, além de repórteres fotográficos e funcionários administrativos.

Bem cedinho é possível desfrutarmos da gostosa e agradável leitura da Folha de Londrina, que cobre o território paranaense, incluindo-se interior e a capital. Através da internet, o jornal transmite, ao mundo, os principais fatos diários, com ênfase para notícias do Paraná. A Folha de Londrina é, de fato, um jornal moderno e de 1º mundo, que oferece aos empresários a oportunidade de ampla divulgação de seus produtos, com retorno garantido aos anunciantes.

Requeiro que a presente homenagem desta Casa de Leis seja comunicada ao empresário José Eduardo de Andrade Vieira, com aplausos pelo belo padrão de jornal e pelas suas inúmeras campanhas de apoio ao desenvolvimento de nosso estado.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paraíso do Norte, pela passagem de seus 52 anos de emancipação política, no próximo dia 27 de novembro de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Sebastião Marinello, Prefeito Municipal, ao Exmo. Sr. Carlos Alberto Nizzotto, Vice-Prefeito, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de Paraíso do Norte irá comemorar a passagem de seus 52 anos de emancipação política, no próximo dia 27 de novembro de 2007.

O município é a célula da nação. É onde a população vive, portanto, é onde o Poder Público deve se materializar para promover o bem-estar.

A história da representação municipal evoluiu junto com a história do Brasil como país independente. Devemos aperfeiçoar o funcionamento das Câmaras Municipais, tornando o Regimento Interno mais claro, e mais transparente o trâmite das matérias facilitando a atuação dos Srs. Vereadores para o progresso do município.

É verdade que o Sr. Prefeito, o Sr. Vice-Prefeito e os Vereadores muito têm feito em prol do desenvolvimento do município de Paraíso do Norte.

Através desta proposição, queremos parabenizar toda a população de Paraíso do Norte na festiva data da comemoração de seus 52 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Califórnia, pelo transcurso de seus 52 anos de emancipação política, no próximo dia 26 de novembro de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Amauri Barrichello, Prefeito Municipal, ao Exmo. Sr. Vanderlei Augusto Pinto, Vice-Prefeito, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Califórnia.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 26 de novembro de 2007 marcará o transcurso de mais um aniversário do município de Califórnia, e, temos certeza, será comemorado festivamente por toda a população.

A cidade de Califórnia foi fundada pelo francês Alberto L. V. Duplessês e teve como coadjuvante o topógrafo Minotti Bolinelli, de origem italiana.

Duplessês era engenheiro civil de forte tempera, e não se assustou quando se deparou com a mata virgem do lugar e as adversidades que vieram. O solo, comprovadamente fértil, era o passaporte garantido, que ele precisava para implantar um povoamento, naquela região de topografia acidentada.

A época do começo do loteamento denominado Califórnia, o maior contingente de famílias que ali se estabeleceu vinha de Minas Gerais, seguido de paulistas e nordestinos.

Em 1949 Califórnia foi elevada à categoria de distrito administrativo, com território pertencente a Araruva. Pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, foi criado o município de Califórnia, com território desmembrado do município de Marilândia do Sul. A instalação oficial deu-se no dia 17 de dezembro de 1955. O primeiro Prefeito Municipal eleito foi o Sr. Silvio Pedra Ramos.

As conquistas alcançadas pelo município de Califórnia, em parceria com o Governo Estadual dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que se conseguirá o engrandecimento do município e o bem-estar do seu povo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, pelo transcurso do 53º aniversário de emancipação política do município de Califórnia.

REQUERIMENTO Nº 3375

Senhor Presidente:

A 28ª EXPOVEL 2007 (Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Cascavel) teve início nesta segunda-feira, 12 de novembro, e segue até o dia 18,

no próximo domingo. “Cascavel é pólo geo-econômico da região Oeste do Paraná, forte produtora de grãos (13% da safra brasileira), aves (48% da avicultura industrial do Paraná, ou 9% da produção nacional), e pecuária bovina e suína” (divulgação).

Ao longo dos anos, a EXPOVEL vem cumprindo os objetivos a que se propõe: promover e difundir novas tecnologias, avanços e melhoramentos genéticos e promover a integração sócio-cultural e de lazer da população regional e de estados vizinhos. Na última edição, por exemplo, as dependências do Parque de Exposições foram visitadas por 290 mil pessoas” (divulgação).

Com os destaques acima extraídos de mensagem convocatória da 28ª EXPOVEL, subscrita por seu Presidente Alessandro Meneghel, propomos que a Assembléia Legislativa envie congratulações aos promotores do evento e demais associados da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, desejando pleno êxito na realização do evento.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 3367

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor à Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, por ocasião da comemoração dos 56 anos do município.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, por ocasião das comemorações relativas aos 56 anos do município, ante a sua atuação firme defesa dos princípios democráticos, que elevam os conceitos constitucionais.

Destacamos a competente e dinâmica gestão do Presidente Nilson de Jesus Pires Falavinha.

REQUERIMENTO Nº 3347

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após o ouvido o duto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Valter Bianchini, DD. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no sentido de disponibilizar recursos para firmar convênio com o Município de Clevelândia para ceder novilhas leiteiras para pequenos produtores de leite naquele município.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Explorar a terra, cultivar os cereais, desenvolver a pecuária e a agricultura e concorrer para dar satisfação das mais prementes das necessidades do homem.

Hoje o serviço da agricultura e da pecuária está acima de todos os meios de vida que abraçam, é um meio

dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que o homem se possa entregar.

O município de Clevelândia é um dos maiores produtores do Sudoeste do Paraná, por esta razão, temos absoluta certeza que Exmo. Sr. Secretário da Agricultura atenderá este nosso angustiante pedido para amparar os pequenos produtores de leite com o apoio para ceder novinhos para aquela gente trabalhadora.

REQUERIMENTO Nº 3356

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Luiz Fernando Ferreira Delazari, pedido de informação, relativo ao afastamento de cargo do Soldado Valmir do serviço reservado do 12º Batalhão. Haja vista que o referido soldado é responsável pelo flagrante registrado no último dia 30 de outubro, onde o Padre Vitalino Rodrigues de Lima, 48 anos, foi encontrado em frente a uma panificadora, na companhia de duas crianças, de 8 e 12 anos, levando no interior de seu carro, diversos DVDs com teor pornográfico, um notebook com arquivos de imagens de crianças com roupas íntimas e objetos obscenos (como um pequeno padre de madeira que mostra o pênis).

O caso tornou-se público nacionalmente, abalando a sociedade de todo país, em especial Fazenda Rio Grande, que pede segurança e exige punição para este crime, já que não existem mais dúvidas quanto à culpa do padre.

Em vista disso, espantosa a ação desta Secretária, afinal, com esta ação, o Soldado tirou de cenário mais um criminoso e proporcionou uma maior tranquilidade à população, que se sente segura ao saber que este pedófilo não oferecerá mais perigo. Portanto, o soldado em questão, merece Honra ao Mérito e não afastamento de suas funções.

Afora do pedido de informação quanto ao afastamento do soldado, ainda solicito ao Sr. Secretário, autorização para que a responsável pelo NUCRIA, Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente, Dra. Ana Claudia Machado, Delegada de Polícia, informações referentes ao andamento do referido inquérito.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3371

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através do Sr. Secretário Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, pedido de informações a respeito da implantação do lixão no município de Fazenda Rio Grande.

Com a exaustão e a desativação da Caximba, prevista para o segundo semestre de 2008, Curitiba com os 16 integrantes do Consórcio Metropolitano do Lixo, deverão encontrar outra solução para o problema ambiental. Hoje a Caximba recebe 2.400 toneladas / dia de lixo dos municípios que integram o consórcio. Durante o período de 1 ano o consórcio discutiu quais as alternativas para a destinação, e o que se sabe é que deverá ser encontrada outra solução o mais rápido possível.

Em Mandirituba, Paraná, em meados de 2003 a CAVO, do grupo Camargo Correia, comprou um área prevendo a desativação da Caximba. A ONG AMAR, entrou em ação civil pública e houve auto de embargo por parte do Ministério Público e as discussões desta área estão na Justiça. Em Fazenda Rio Grande, foi adquirida uma área de 240 hectares pelo grupo chamado EXTRE Ambiental S.A., que administra atualmente o aterro sanitário de Paulínia, no estado de São Paulo, área bem próxima ao atual aterro, tendo como área limítrofe o Rio Iguaçu e alguns mananciais de água.

A empresa pagou pela área o equivalente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Imediatamente isolou a área com cerca e contratou uma empresa de segurança ligada ao Prefeito municipal de Fazenda Rio Grande, Paraná. Segundo a Extre Ambiental S.A., a um esgotamento e utilização do aterro de Paulínia e aprovado no município de Fazenda Rio Grande, além das 2.400 toneladas/lixo por dia no aterro de Paulínia atende lixo hospitalar, escoria de chumbo e cádmio, além de lixo classe 1, ou seja, totalmente contaminante.

O consórcio provavelmente pagaria pela utilização da área e teria disponível mais de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para negociar com seus entes e os que fazem parte do esquema do lixo aqui em Fazenda Rio Grande, Paraná. A empresa que vendeu a área é do atual Prefeito do município, dono da AW Empreendimentos Imobiliários e o Vereador Ricardo Miranda negociou a transação. Nota-se que a área vendida, como comprova registros de imóveis anexas, é de mananciais, de vegetação ombrófila mista de sucessão primária entre outras questões, ou seja, se esse lixo vier para o município de Fazenda Rio Grande, teremos problemas de contaminação da bacia hidrográfica do Rio Iguaçu e comprometimento do abastecimento de água, além dos riscos ambientais.

A vegetação é composta por Araucárias, Ipês entre outras. Existe no local, um grande grupo de animais da mastofauna, ou seja, terrestre que poderão sofrer todo o efeito latente dos lixos que virão de São Paulo e da Região Metropolitana de Curitiba.

Sabe-se que a Extre Ambiental S.A., possui um contrato milionário com a Petrobrás, para dar destino a resíduos de hidrocarboneto, classe 1 e extremamente perigoso que poderá ser trazido para o município de Fazenda Rio Grande. Embasados nessas informações, solicitamos esclarecimentos, haja vista, que os prejuízos causados à fauna, à flora e a população de Fazenda Rio

Grande com a possível instalação deste lixão, poderão ser irreparáveis.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3372

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado de Segurança Pública, solicitando xerocópia do Inquérito Policial, com as devidas degravações do caso da Sra. Elma Romanó - funcionária do Instituto Ambiental do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 799/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - obriga as empresas de espetáculos que tiveram benefícios provenientes da Lei de Incentivo a Cultura - Lei Rouanet Lei nº 8313/91 no estado do Paraná, a destinarem 20% de seus ingressos para pessoas de baixo poder aquisitivo.

Art. 2º - é classificado com baixo poder aquisitivo, aqueles que possuem uma renda mensal não superior a 2 salários mínimos.

Art. 3º - o descumprimento desta lei incorreta na seguinte sanção:

Parágrafo Único - multa de 50 a 5000 UFIRs.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Menos de 6% dos mais de 5500 municípios brasileiros possui alguma legislação destinada ao incentivo a cultura. As informações são do suplemento de cultura e da pesquisa. Informações básicas municipais divulgadas recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. De acordo com a pesquisa, os incentivos estão concentrados nos grandes centros urbanos, em cidades que possuem mais de 500 mil habitantes. Dos 36 grandes centros urbanos, 27 investem em cultura.

No Brasil, as leis de incentivo a cultura trabalham de modo a oferecer abatimento de impostos para os empresários que investirem em algum projeto cultural. No entanto este processo faz com que o investimento em cultura fique completamente a mercê dos interesses de mercado, pois transfere ao poder privado o poder de decisão sobre o que e onde investir.

O recurso de impostos públicos acaba sendo revertido para publicidade da imagem própria das empresas que destinam o recurso via Lei Rounet e a produção popular fica completamente comprometida com os interesses de mercado. Isso explica que os investimentos estão concentrados nas cidades com maior população, pois é justamente aí aonde se concentra o maior mercado consumidor. Deste modo, as empresas investem as suas verbas que deveriam ser públicas, em publicidade própria no sentido de obter restituição sobre os investimentos.

Assim sendo, grandes grupos, como é o caso do Cirque de Soleil, acabam vindo ao Brasil somente devido a Lei de Incentivos, ou seja, o contribuinte paga a conta e as grandes empresas nacionais, que deveriam compensar os recursos doados para estimular a cultura de nosso povo, obtém publicidade gratuita.

É uma maneira de mascarar a publicidade através da Lei Rouanet. Assim sendo, as cidades de menor porte, bem como o povo mais carente fica prejudicado, pois não conseguem ter acesso as benesses da Lei de Incentivo.

Não é possível que empresas instaladas no Brasil possam se utilizar de artimanhas para fazer publicidade com o dinheiro dos contribuintes e ainda cobrar verdadeiras fortunas para que o povo assista aos espetáculos. O exemplo mais típico disso é o circo de Soleil que se instalou recentemente no Paraná. Os ingressos chegam a valores exorbitantes e a população mais pobre jamais vai poder assistir a qualquer espetáculo.

Com a aprovação do presente projeto, qualquer empresa de espetáculo que receber recursos financeiros de empresas estatuais paranaenses que foram captados pela lei de incentivo a cultura deverá destinar obrigatoriamente 20% de seus ingressos a população de baixa renda.

Assim o objetivo de cultura ao povo será alcançado e todos poderão ter acesso aos mais variados espetáculos, sejam cinematográficos, circenses ou artísticos.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 800/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Paranaense de Pequenos Agricultores, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.07.
(a) PEDRO IVO

JUSTIFICATIVA:

O projeto da Associação Paranaense de Pequenos Agricultores, inscrita no CNPJ nº 05.438.829/0001-94, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, tem por finalidade estimular o desenvolvimento agrícola, pro-

gresso econômico e social nas diversas comunidades rurais vinculadas aos projetos de pequenos agricultores; estimular o desenvolvimento de tecnologias alternativas, preservação do meio ambiente e incentivo ao desenvolvimento da agricultura agro-ecológica e orgânica nas comunidades rurais; celebrar convênios, contratos, protocolo com instituições públicas ou privadas e agentes financeiros visando implementar programas e projetos que propiciem a melhoria das condições de moradia através de construção, ampliações e reformas de unidades habitacionais para os associados a população camponesa em geral, bem como promover o intercâmbio de experiências de desenvolvimentos agrícola e apoiar os trabalhadores rurais.

O referido projeto facilitará esta entidade à execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do poder público estadual.

PROJETO DE LEI Nº 801/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a distribuição, venda e comercialização de venenos de ratos e venenos similares, que produzam risco a vida humana, em supermercados, mercearias e similares, no estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.07.
(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada, visa proibir o comércio de venenos de ratos e venenos similares, que produzam risco a vida humana, em supermercados, mercearias e similares, no estado do Paraná.

o objetivo do projeto é preservar a saúde das pessoas que, muitas vezes sem um conhecimento da substância que adquire, acaba se envenenando ou causando sérios problemas, são vários os casos de envenenamento doméstico, na maioria das vezes, tendo como vítimas crianças e adolescentes.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 802/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei estabelece o atendimento personalizado ao consumidor, no estabelecimento do prestador de serviços públicos, nas hipóteses descritas.

Art. 2º Serão instalados e mantidos pontos ou agências de atendimento pelos prestadores de serviços públicos que mantenham contratos de adesão ou comercial firmados com 3.000 (três mil) ou mais consumidores no estado do Paraná.

§ 1º Fica a critério do fornecedor instalar e manter os pontos de atendimento personalizado referidos no *caput* deste artigo nos municípios com população igual ou inferior a 20.000 (mil) pessoas.

§ 2º O dever previsto no *caput* será observado independentemente de o fornecedor disponibilizar atendimento ao consumidor pela via telefônica ou por qualquer outro meio eletrônico.

Art. 3º O fornecedor que, em seu estabelecimento, disponibilizar qualquer meio de atendimento eletrônico ou mecânico ao consumidor, providenciará acompanhamento por funcionário preparado para orientar o usuário.

Parágrafo Único. É vedado ao fornecedor, na hipótese prevista no *caput* desse artigo, obrigar o consumidor a utilizar exclusivamente o meio de atendimento eletrônico ou mecânico, sem possibilitar-lhe o atendimento pessoal.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa sobre o atendimento personalizado ao consumidor no estabelecimento do prestador de serviços.

A Lei Complementar nº 076/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviço público, pressupõe o pleno atendimento dos usuários e o atendimento automatizado traz enormes dificuldades quando se faz uma reclamação, pedido de serviço ou o cancelamento do serviço.

O atendimento automatizado, além da precariedade de atendimento, gera, também, o desemprego e a impossibilidade do tratamento pessoal que facilita o atendimento entre o usuário e o prestador de serviço.

O atendimento personalizado, além de melhorar a prestação de serviços aos usuários, proporciona postos de trabalho, efeito esse particularmente importante no atual cenário da economia nacional.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dos nobres Pares para o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 803/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo obrigado a fornecer,

ao pequeno criador rural que possua até 10 (dez) animais, vacina contra a febre aftosa.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei visa o fornecimento ao pequeno criador rural da vacina contra a febre aftosa no estado do Paraná.

A vacina contra a febre aftosa vem em embalagens com 15 ampolas, muitas vezes o criador, que tem animais somente para seu sustento, não tem condições de comprar uma embalagem inteira e com isso deixa de vacinar a sua criação, dando margem para que ocorra a infecção da febre aftosa em nosso estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 804/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigados o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, a Centralização de Banco S/A - SERASA e quaisquer outros órgãos de bancos de dados de cadastros negativos, a comunicar ao consumidor, por escrito, através do Serviço Especial Envio de Documentos - SEED, a abertura em seus arquivos de consumo de cadastro, ficha, registro e dados pessoais sobre ele, no âmbito do estado do Paraná.

Art. 2º A abertura do cadastro, ficha, registro de dados pessoais nos arquivos de consumo dos órgãos, a que se refere o artigo anterior, somente poderá ser efetuada após a confirmação do recebimento, pelo consumidor, da comunicação.

Art. 3º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e outros serviços de entrega deverão firmar convênios com a Associação Comercial e entidade da classe para viabilizar o serviço através do Serviço Especial Envio de Documento - SEED.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a proposta, a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais, em seus arquivos de con-

sumo, somente poderão ser efetuados após a confirmação de recebimento, pelo consumidor, da comunicação.

O projeto de lei visa dar efetividade ao Código de Defesa do Consumidor garantindo ao usuário (consumidor) uma informação segura, no que diz respeito à abertura de cadastros negativos. O meio de comunicação utilizado por tais órgãos para comunicação de abertura do cadastro (inscrição negativa do nome do consumidor) é a remessa de cartas simples, que nem sempre chega efetivamente às mãos do consumidor, não cumprindo a empresa o fiel espírito da lei.

A proposta ainda pretende proteger os consumidores que tiveram seus documentos furtados, roubados ou falsificados, pois terão conhecimento prévio do problema, sanando em tempo.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 805/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º Ficam isentos do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, os automóveis de passageiros, quando adquiridos por pessoa portadora de necessidade especial.

Art. 2º O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei objetivando isentar do pagamento do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, os automóveis de passageiros, quando adquiridos por pessoa portadora de necessidade especial.

Considera-se pessoa portadora de necessidade especial aquela com deficiência física, visual ou mental, que poderão adquirir diretamente ou por seu representante legal.

Por se tratar de matéria que irá proporcionar benefícios às pessoas que necessitam de apoio do Poder Público e da sociedade, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 806/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigado que seja discriminado, no

convite e na mídia de divulgação de eventos beneficentes, o nome da entidade e o percentual destinado à mesma.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada, visa a obrigatoriedade de divulgação do nome da entidade e o percentual destinado a mesma no convite e na mídia de divulgação de eventos beneficentes.

O objetivo do projeto é proteger as entidades beneficentes contra a má fé de pessoas que utilizam o nome de instituições para a captação e apropriação do dinheiro.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 807/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Espírita Paz, com sede e foro no município de Curitiba, bairro do São Braz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente instituição, sem fins lucrativos, tem por finalidade o exercício de atividades de natureza assistencial e de promoção humana, assistindo várias famílias carentes além de treiná-las com atividades geradoras de renda.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 808/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º Fica denominado Afonso Celso Domingues Cid, o viaduto da Avenida Rocha Pombo, que transpõe a rodovia PR-467, que liga os municípios de Cascavel e Toledo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, que tem por objetivo denominar de Afonso Celso Dominiques Cid, o viaduto da Avenida Rocha Pombo, que transpõe a rodovia PR-467, que liga os municípios de Cascavel e Toledo, homenageando um dos pioneiros do município de Cascavel, perpetuando, com toda a justiça, o seu nome numa obra pública.

Estamos atendendo, também, solicitação da Câmara Municipal de Cascavel, que aprovou o requerimento do Vereador Julio César Leme da Silva, propondo a presente proposição.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

Pequeno Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Gostaria de fazer um esclarecimento: prestei atenção na leitura da ata, como faço todos os dias, e a Deputada Luciana Rafagnin colocou que eu estava justificando falta.

Não tenho nenhuma falta nesta Casa, apenas pedi autorização desta Casa para uma viagem que fiz no final de semana ao Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou repetir a leitura para que V. Exa. fique bem tranqüilo: *Os ofícios dos Srs. Deputados Jocelito Canto e Luiz Accorsi, justificando suas ausências em Sessões Plenárias, foram encaminhadas ao Departamento...*

Não houve ausência.

Com a palavra, o Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Primeiramente, gostaria que V. Exa. registrasse a presença do Presidente do PDT Jovem do Estado do Paraná, William Madureira, acompanhado do Silvano dos Santos, que é da assessoria do novo Delegado do Trabalho, o Dr. João Graça, de Arapongas.

Sr. Presidente, ontem eu dizia no meu pronunciamento, que não uso leviandade e quando denuncio ou acuso, tenho provas. Gostaria que o Deputado Cheida, que teve a honra de ser Secretário do Meio Ambiente, prestasse atenção no que vou mostrar. Eu dizia que uma empresa de São Paulo chegou à Fazenda Rio Grande e comprou uma área de 110 alqueires e pagou R\$ 6 milhões. Sr. Presidente, os empresários paulistas podem ser tudo, mas burros eles não são. O empresário paulista é destacado em nível de Brasil e até de mundo. São, real-

mente, capazes e oportunistas, muitas vezes, mas são grandes empresários.

Pergunto, nesta tarde, e faço a indagação a mim mesmo. Um empresário de São Paulo vem ao Paraná, compra R\$ 6 milhões em terras - está aqui a escritura e o registro de imóveis. O registro de imóveis dos 110 alqueires está aqui, bem documentado pelo registro de imóveis a compra de 110 alqueires de área, que tem como área vizinha o rio Iguaçu e o rio Maurício. Essa empresa, Deputado Romanelli, segundo informações, comprou porque o IAP garantiu. As provas estão mais do que evidentes. Está aqui o registro de imóveis da área adquirida e eles não compraram sem antes ter o compromisso da Fazenda Rio Grande, que foi a que intermediou, e do IAP.

Quantos milhões eles devem ter jogado para conseguir essa garantia do empreendimento? Seis milhões está aqui comprovado, só não sei se eles lograram o fisco, ou seja, lograram os impostos, se mentiram para o cartório baixando o valor, porque sabemos que a empresa AW, do Prefeito, arrecadou R\$ 6 milhões.

Deputado Cheida, uma empresa, um instituto do porte do IAP, que tem um Governo que julgo correto e honesto, que é o Governador Requião - nunca levantei nada que pudesse denegrir a imagem da honestidade do Governador, na minha opinião ele mudou muito do tempo que o conheci como Deputado Estadual e hoje, Governador. Ele mudou como nós todos mudamos, mas acredito que o Governo não vai aceitar que um instituto, que pela própria Constituição Estadual tem que garantir e preservar o meio ambiente, que este IAP tenha se oferecido para este jogo bruto, que atenta contra os princípios e principalmente denigre a imagem do Governo do Paraná como um todo.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Sr. Presidente, com a autorização do nosso Líder, Luiz Carlos Martins, entro no horário do PDT.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Apenas para lhe perguntar se a autorização que o IAP deu antes de se fazer qualquer processo de licenciamento da área, é uma autorização por escrito e assinada ou é um indicativo?

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Repito de novo o que falei: o empresário paulista não é burro, não é trouxa. Se ele investiu na compra de uma área no valor de R\$ 6 milhões, em nome da empresa, porque aqui não tem "laranja", vou dizer qual é a empresa, porque registro de imóveis não tem nada de "laranja". Eles foram tão afoitos, Deputado Cheida, que compraram e documentaram em nome da empresa deles. Agora, pergunto a V. Exa., Deputado Cheida: empresário

paulista joga R\$ 6 milhões no lixo? Aqui jogou no lixo, mas com uma perspectiva muito maior do que vamos citar aqui. É claro que o IAP não deu por escrito, porque ainda não chegou o processo lá, mas cabe a nós levantarmos, com a Comissão de Fiscalização da Assembléia ou com a Comissão do Meio Ambiente, ou através de uma CPI, Sr. Presidente. Isso é sério e alguém vendeu um projeto a ser analisado.

No caso, Deputado Cheida, para mostrar a V. Exa. e a todos os Srs. Deputados, que a área adquirida de diversos proprietários - tem mais de 50 pequenos proprietários - foi negociada pela AW e toda ela está registrada - talvez o Senhor conheça, Deputado Cheida, porque foi Secretário do Meio Ambiente e essa empresa, além de São Paulo, executa também na Argentina, que é uma expert no assunto. O seu nome é Empresa Extre Ambiental S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Av. Juscelino Kubitschek, 1830, 4º andar, Torre 04, Itaim, cidade de São Paulo. Tem aqui o CNPJ. Tudo o que o senhor precisar da empresa tem aqui, para não deixar dúvida sobre este assunto. É registro de imóveis, não é cartório. Apesar de que eu não tenho nada contra tabelionatos, mas aqui já é registro de imóveis do Sr. Hermas Eurides Brandão Júnior.

Vou explicar um pouquinho.

(Lê):

“Com a exaustão e a desativação da Caximba, prevista para o segundo semestre de 2008, Curitiba, com os 16 integrantes do Consórcio Metropolitano do Lixo, deverão encontrar outra solução para o problema ambiental. Hoje a Caximba recebe 2 mil e 400 toneladas/dia de lixo dos municípios que integram o consórcio.

Durante o período de 1 ano o consórcio discutiu quais as alternativas para a destinação, e o que se sabe é que deverá ser encontrada outra solução, o mais rápido possível.

Em Mandirituba, Paraná, em meados de 2003, a CAVO, do grupo Camargo Correia, comprou uma área prevendo a desativação da Caximba. A ONG AMAR, entrou em ação civil pública e houve auto de embargo por parte do Ministério Público e as discussões desta área estão na Justiça.

Em Fazenda Rio Grande, foi adquirida uma área de 240 hectares pelo grupo chamado Extre Ambiental S/A, que administra atualmente o aterro sanitário de Paulínia, no estado de São Paulo, área bem próxima ao atual aterro, tendo como área limítrofe o rio Iguaçu e alguns mananciais de água.

A empresa pagou pela área o equivalente R\$ 6 milhões. Imediatamente isolou a área com cerca e contratou uma empresa de segurança ligada ao Prefeito Municipal de Fazenda Rio Grande, Paraná.

Segundo a Extre Ambiental S/A, há um esgotamento de utilização do aterro de Paulínia e, aprovado no município de Fazenda Rio Grande, além das 2 mil e 400 toneladas/lixo por dia no aterro, viria mais lixo do estado de São Paulo para o município. No caso, soube-se que o

aterro de Paulínia atende lixo hospitalar, escória de chumbo e cádmio, além de lixo classe 1, ou seja, totalmente contaminante.

O consórcio provavelmente pagaria pela utilização da área e teria disponível mais de R\$ 20 milhões, para negociar com seus entes e os que fazem parte do esquema do lixo aqui em Fazenda Rio Grande, Paraná.

A empresa que vendeu a área, do atual Prefeito do município, dono da AW Empreendimentos Imobiliários e o Vereador Ricardo Miranda negociou a transação.

Nota-se que a área vendida é de mananciais, de vegetação ombrófila mista de sucessão primária entre outras questões, ou seja, se esse lixo vier para o município de Fazenda Rio Grande, teremos problemas de contaminação da bacia hidrográfica do rio Iguaçu e comprometimento do abastecimento de água, além dos riscos ambientais.

A vegetação é composta por araucárias, ipês, entre outras. Existem no local um grande grupo de animais da mastofauna, ou seja, terrestre que poderão sofrer todo o efeito latente dos lixos que virão de São Paulo e da região metropolitana de Curitiba.

Sabe-se que a Extre Ambiental S/A, possui um contrato milionário com a PETROBRAS, para dar destino a resíduos de hidrocarboneto, classe 1 e extremamente perigoso que poderá ser trazido para o município de Fazenda Rio Grande.”

Esta é a situação, Sr. Presidente.

Se esta Casa, ao tomar conhecimento que foi negociado, que eles compraram após o entendimento no IAP, se tiveram a garantia do alvará da Prefeitura de Fazenda Rio Grande, só dizer o seguinte; porque ontem eu fiz questão até de contrariar os meus companheiros da Oposição, de pedir que votássemos a favor do ingresso da SANEPAR neste consórcio, porque nós, Deputados, pela Constituição Estadual, temos o direito de fiscalizar os órgãos públicos do estado, as companhias mistas. Esta prerrogativa, se a SANEPAR integrar o consórcio, podemos aqui, através da fiscalização da Assembléia, através de uma CPI, procurarmos acompanhar o desenvolvimento desse consórcio. Se não tivermos a SANEPAR nesse consórcio, cabe fiscalizar apenas os vereadores da região metropolitana. Nós Deputados ficamos fora do processo. Este é o meu interesse de a SANEPAR poder entrar.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Serei bem rápido, Deputado Cartário. Como nós tivemos um problema similar a este denunciado por V. Exa. nesta Casa, eu coloco e pondero ao Deputado Cheida, que está aqui presente, como aconteceu em Cianorte, há cerca de 10 anos atrás quando eu era Presidente da Comissão e a Companhia Melhoramentos fez uma devassa em 100 alqueires de terra em menos de 30 dias, com 25 tratores de esteira, onde na época houve um auto

de infração contra a empresa na ordem de R\$ 15 milhões, proibindo até aquele loteamento, sem nenhuma autorização do IAP, que na época não era IAP e sim Secretaria do Meio Ambiente, ITCF ainda, eu pondero, se o senhor deseja desta forma, que venhamos a montar uma comissão da Assembléia para irmos até esse local, tirarmos as informações, porque depois do dano feito, como foi o caso de Cianorte, infelizmente podemos autuar, ou multar, ou fazer alguma coisa que venha a ter uma repressão do estado contra a empresa.

Mas se vierem lixos tóxicos ou elementos que venham a ter uma toxicidade tão alta que, mesmo depois da limpeza ou depois de frear qualquer lixo que venha de outro estado, o mal para o meio ambiente já está feito.

Por isso que pondero a V. Exa. se deseja isto, pondero ao Deputado Cheida que na época foi extremamente eficaz à Comissão da Assembléia tomar aquela decisão.

Deputado Kielse, eu estou, em nome do povo da Fazenda Rio Grande, pedindo socorro ao Presidente desta Casa, o Presidente Deputado Nelson Justus, que conhece muito bem a nossa cidade. Estou fazendo aqui um apelo para que aja a Comissão de Meio Ambiente ou que o Presidente designe para saber se estou aqui inventando histórias, porque a área está cercada, Sr. Presidente, está cercada por seguranças e à noite eles estão cortando árvores araucárias, que são o símbolo do Paraná, estão cortando as araucárias e estão cortando os ipês, o IAP está sabendo disto e não faz nada, lamentavelmente não faz nada.

Como eu sei que o Governo Requião é um Governo sério, espero que ele dê guarida a esta Assembléia, ao movimento e ao povo da Fazenda Rio Grande que está tendo a sua área destruída pela ganância do dinheiro do Prefeito da Fazenda Rio Grande e outros, certamente também do IAP.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso a Tribuna no dia de hoje para fazer uma consideração e uma lembrança, porque há algum tempo atrás, nós, a Deputada Beti Pavin sabe disto, algum tempo atrás, 2, 3, 4 anos atrás já estamos alertando que despesas feitas com saneamento, despesas feitas com pagamento de aposentadorias, despesas feitas com o Hospital da Polícia Militar não poderiam constar como despesa de saúde.

Infelizmente, isto em nível nacional é extremamente comum. Os estados todos, durante muitos anos, fizeram essas despesas e colocaram essas despesas como sendo despesas constantes na rubrica saúde.

Por uma decisão agora da Câmara Federal e que está para ser votado também no Senado Federal, está havendo um disciplinamento daquilo que pode ser gasto e daquilo que não pode ser gasto em saúde e exatamente aquilo que já há 3 anos vínhamos dizendo, não sou eu, mas todos aqueles que estão no movimento de saúde, o movimento sanitário que há muitos anos vêm sendo feito e trabalhado no sentido de termos recursos para a atividade de saúde, especificamente agora vem a se concretizar.

O Congresso Nacional deverá deliberar, através da votação do Senado, que essas despesas como saneamento, Hospital da Polícia Militar, despesas com o SAS, despesas outras como poços artesianos, capelas mortuárias, não são despesas que podem ser computadas na rubrica saúde. Isso significará para o nosso estado ter que aportar especificamente no orçamento da saúde cerca de R\$ 400 milhões a mais, R\$ 44 milhões a mais que se, por um lado têm que ser encontradas soluções retirando esses valores de outras rubricas, por outro lado irá fazer com que tenhamos, finalmente, algum recurso a mais, tanto das transferências de recursos do Governo Federal, porque o Governo Federal também terá que fazer esse mesmo disciplinamento, como os recursos do próprio Governo do Estado, que hoje num orçamento de 1 bilhão e meio, 1 bilhão e 600, que são os valores destinados à saúde, irá ter que incorporar mais 400 milhões.

Acho que é em boa hora que vêm esses recursos, porque nós queremos discutir também, a partir desses valores, a possibilidade concreta, real, de revertermos a situação que hoje vive o servidor público municipal, aquele que é ligado à saúde, no que diz respeito à sua jornada de trabalho. Alguns servidores continuam tendo, depois de 3 meses, seus salários reduzidos e descontados e os seus salários pagos na ordem de R\$ 1 por mês! Agora não vai dar para dizer que falta dinheiro, porque se esses recursos estão, de fato, sendo colocados na rubrica saúde, se esses cerca de 400 milhões, Deputado Elton Welter, estão novamente colocados como saúde, certamente são recursos suficientes para que possamos contratar funcionários para os novos hospitais, para que possamos contratar funcionários para os novos hospitais, para que possamos fazer o gerenciamento da área de saúde e para que possamos voltar a fazer o debate a respeito das 30 horas. Debate esse que veio no início do ano, uma vez que há 17, 18 anos esses servidores já faziam esse regime de carga horária de 30 horas e posteriormente foram levados a fazer as 40 horas.

É esse registro que eu queria fazer hoje, uma vez que amanhã os servidores da saúde estarão aqui e acho que agora é o momento oportuno para fazermos esse debate. Oportuno porque sabemos que o estado, não o estado do Paraná, o estado tem condições de fazer um trabalho e oferecer um serviço de boa qualidade com esses recursos inicialmente e com outros recursos que posteriormente virão ao longo dos próximos anos, recursos suficientes para que possamos ter um atendimento de

qualidade, com condições decentes de trabalho para todos os servidores públicos.

Sr. Presidente, queria também abordar a questão de uma matéria que saiu sobre uma pesquisa que foi feita pelo jornal Estado de São Paulo, onde a maioria do eleitorado brasileiro, cerca de 62%, é contra a privatização de serviços públicos. Essa pesquisa feita por um jornal como o Estado de São Paulo não deixa dúvidas a respeito de quem fez e qual o objetivo da pesquisa. É uma pesquisa que tem uma credibilidade bastante grande. Os brasileiros acham que piorou o serviço de telefonia, estradas, energia elétrica, água e esgoto, a partir da privatização. A pesquisa foi feita no ano passado e atesta que 43% dos brasileiros eram a favor das privatizações, em 1995, e 34% eram contrários. Hoje é extremamente o contrário!

Amanhã, se houver oportunidade, quero voltar a esse tema, porque acho que é um tema que 10 anos depois faz com que tenhamos que fazer uma reflexão sobre o papel do estado e como o povo brasileiro entende o papel que devemos dar a esse estado.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Grande Expediente, o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Trazemos alguns assuntos interessantes a esta tribuna hoje. Primeiro, quero justificar que a ata estava correta, o resumo é que estava errado. O importante é que todo mundo sabe que estamos presentes em todas as Sessões, temos primado por isso, até porque entendemos que o Plenário desta Casa é sagrado. Temos que estar aqui para discutir e para mostrar o que pensamos do Parlamento. É para isso que os eleitores nos mandam para cá.

Quero discutir muito a saúde, é muito importante falar da saúde. Depois daquele pronunciamento que fiz aqui, aquele Promotor Público lá de Ponta Grossa abriu um procedimento investigatório para investigar como vai o Programa Saúde da Família. Achei importante e cobrava isso do Ministério Público, que ele investigasse, se é que os PSF, não só em Ponta Grossa mas no estado do Paraná inteiro, estão a cumprir o que determina a lei. Ou seja, cumprir a função que é determinada ao PSF, médico ficando no posto, médico fazendo palestra, médico atendendo cerca de 4 mil pessoas, médico fazendo visitas às pessoas nas casas, médico se reunindo com o pessoal do posto de saúde para avaliar como vai o Programa Saúde da Família naquele bairro.

Achei interessante que o Promotor abriu um processo investigatório e agora ele começa a buscar a profundidade da saúde. Ele vai agora descobrir porquê é que

a saúde de Ponta Grossa tem problemas, porque a saúde de Ponta Grossa não se resume só em UTI. UTI é algo que tem que ter e a prova é que esse foco acabou em Ponta Grossa. Acabou o discurso da UTI. Por quê? Porque o Governo do Estado colocou mais leitos, temos cerca de 60 leitos em Ponta Grossa. É um avanço e queremos mais. O hospital regional que já está na 5ª laje, esse hospital vai ter mais 30 leitos de UTI. Temos que avançar, temos que fazer os leitos que não foram feitos no Governo anterior e também fazer os do futuro. E é isso que o Governo está fazendo.

No momento em que o Promotor resolve investigar a fundo, não só as UTIs, e começa a fazer um raio X de onde começa o problema da saúde, ele vai chegar àquela conclusão que nós já chegamos, que o programa em si não está funcionando e tudo deságua na emergência do Hospital da Criança, que é um hospital regional e o hospital pronto-socorro, que também vem a ser um hospital regional. Tudo deságua lá, porque o trabalho básico não está sendo feito. As reclamações são muitos grandes de que médico não comparece ao posto, que médico não faz o tempo que determina a lei. Então, a lei é feita para ser cumprida. E como se exige de um trabalhador que ele trabalhe 8 horas, porque senão é descontado do salário dele, o médico, automaticamente, também tem que trabalhar, porque senão não se resolve a saúde, se o médico fizer a consulta em 3 minutos, 4 minutos, 30 segundos.

Até lá, em Ponta Grossa, por incrível que pareça tem um programa chamado “Se vira nos 30”. Pena que não dá para levar no Faustão, porque senão podíamos levar e ganhar o prêmio, aqueles R\$ 10 mil.

Tem médico, em Ponta Grossa, que atende uma consulta em 30 segundos. A Rede Globo mostrou isso, ela gosta de fazer isso, colocou a câmara e deixou rodando, quando a mãe entrou no posto. Quando a mãe voltou, ela computou quanto tempo demorou para fazer aquela consulta. Pergunto: Ninguém toma providência? Uma televisão de expressão como a Rede Globo, TV Paranaense, mostra para o Paraná inteiro que o médico faz uma consulta em menos de 30 segundos! Isso é um caos! Dá para se inscrever no programa do Faustão “Se vira nos 30”.

Por quê? Porque a Prefeitura de Ponta Grossa fez um acordo com uma clínica que recebe por produção. Não é por resolução. Deputado Cheida, de problema, como V. Exa. fez quando Prefeito de Londrina e que foi um espetáculo, de acordo com V. Exa., quando deu um testemunho aqui. É por quantidade. O médico tem que correr. Ele ganha um pouquinho por cada consulta, tem que andar! Ele tem que atender 60 crianças em 2 horas! Imaginem que diagnóstico que sai, tanto para o adulto, como para as crianças.

A partir daí, quando o Dr. Fuad começa a mexer no atendimento básico, ele vai buscar onde está o problema da saúde. Ontem ele abriu o procedimento de investigação, mandou requisitar na Prefeitura de Ponta Grossa todos os documentos para ver se os médicos trabalharam

as 8 horas. A Chefe da Prefeitura, hoje, do Médico da Família, já admite que pode ter erros. É claro que tem. Então, essa que é a essência da saúde.

Fico feliz que na CCJ, hoje, o meu projeto que determina o horário de atendimento, foi bem recebido. Não foi votado, porque o Deputado Luizão recebeu o projeto em cima da hora, mas vi, hoje, que repercutiu bem na CCJ. Os nossos Deputados gostaram da idéia, que a partir da lei aqui do estado, os médicos terão que colocar na receita o tempo do atendimento, que ele assina e o paciente escreve e assina também. Exemplo: o Deputado Jocelito entrou às 5 h e saiu às 5h02. Isso vem para o SUS e para a Secretaria do Estado. Então, o médico terá que colocar na receita o tempo da consulta. Se alguém falar: “Mas, isso é imoral, é ruim.” Não tem nada de inconstitucional e nem de imoral. É apenas um controle. Vamos saber quanto está durando uma consulta do médico do SUS. Isso vai valorizar e beneficiar o bom médico e vai nos mostrar quem são os grandes médicos, os médicos que atendem bem. Hoje mesmo uma senhora disse no rádio: “Mas tem médico bom”. Claro que tem. Tem médico que cumpre o que determina aquele diploma que ele assinou e recebeu, aquele juramento para atender as pessoas.

Fiquei feliz com esse projeto, porque hoje ele foi bem recebido na CCJ. Espero que o Deputado Luizão, um defensor do povo do SUS, dê o seu parecer favorável e que os demais Deputados possam legislar a favor desse projeto, porque todo mundo aqui cobra da gente o horário dos cumprimentos do nosso trabalho. Está na hora de cobrarmos também, de quem vive de algo que vem do SUS. Isso vai acontecer, que o médico que achar que não está bom pede a conta e vai embora. Abre oportunidade para vir novos médicos e que, às vezes, não conseguem entrar porque alguém não deixa, às vezes aquele corporativismo não permite.

Por isso, acho que esse projeto foi bem recebido. Acho que é um projeto inovador, é simples, e eu já carimbei. Ele vai se chamar de “projeto que acaba com os se vira nos 30 do Faustão”. Pena que eu não posso me inscrever lá no Faustão, porque senão eu ganharia certamente o prêmio, para o médico atender uma pessoa é 30 segundos.

Foi a Rede Globo que fez a matéria, a TV Paranaense filmou a pessoa saindo do consultório e entrando no consultório, foi a Globo que fez. Isso, se eu fosse Prefeito, tinha saído no Fantástico. Mas está aí uma boa sugestão. Esperamos que esse projeto passe aqui na Casa. Na verdade, é o livro ponto dos médicos. Na receita vamos ver médicos bons. Se algum médico não gostar é porque não quer trabalhar.

Só espero que esta Casa faça esse projeto acontecer. É um projeto simples, não há nada de ilegal, não há inconstitucionalidade em momento nenhum. É apenas um controle que vai se fazer. Um controle daquilo que determina a lei. Por isso não é inconstitucional.

Mas na saúde, estou vendo aqui o jornal Gazeta do Povo, o famoso colunista Celso Nascimento, que aliás

não conhecemos, será que é factóide esse Celso Nascimento ou existe? Gostaria de conhecê-lo. Às vezes dá umas pisadas de bola, mas é normal. Todo jornalista tem um dia que não está bom, é como nós radialistas, políticos, tem dia que não está bom, mas ele escreve algumas coisas boas.

Vendo aqui, ele escreveu no dia de ontem: “Grupo pede CPI na Santa Casa”. A Santa Casa de Curitiba está acabando, é mais velha do que a de Ponta Grossa. Uma instituição com 164 anos que o Imperador D. Pedro II doou à comunidade curitibana. Fizeram um acordo com a Pontifícia Universidade Católica - PUC, e está tudo quebrado. Não atende mais ninguém, está uma confusão. Falta recursos, o povo está sofrendo e não vemos movimento nenhum a favor da Santa Casa aqui de Curitiba. Mas acho que eu sei porquê. Porque Prefeito nenhum quer dar dinheiro para a Santa Casa, com medo de ser cassado.

Acho que o Beto Richa não quer ajudar porque está com medo de ser cassado também, porque eu mandei R\$ 100 mil lá e estou discutindo mandato.

A Santa Casa de Foz do Iguaçu está fechada, quebrou. A de Paranaguá quebrada, a de Colombo está quebrada, a de Imbituva quebrou, não tem nenhum prédio mais, a Santa Casa de Curitiba está quebrada. A única em pé ainda, uma das poucas numa cidade pólo é a Santa Casa de Ponta Grossa.

Foi aquela Santa Casa que, quando explodiu o motor lá, o setor de esterilização quebrou tudo, o Prefeito levou R\$ 100 mil na época para salvar a Santa Casa, que precisava, senão ela não se levantaria naquela época.

Por causa disso, hoje respondo um processo, mas tenho orgulho, posso até perder o mandato por causa disso, mas não vou ver ninguém morrer por falta de uma Santa Casa fechada.

Quero deixar esse registro nos Anais da Casa, que acho importante se colocar isso. Pode até perder o mandato, mas não vai perder uma vida como alguns desses lugares estão perdendo, porque simplesmente alguém resolveu fazer uma ação contra alguém.

Também gostaria de falar hoje que colocamos aqui que o PPA está em andamento, dia 20 é o último dia que podemos fazer as emendas do PPA. E coloquei algumas emendas que acho importantes.

Primeiro a compra dos equipamentos no hospital regional de Ponta Grossa: 15 milhões; a manutenção do hospital regional, a partir da sua inauguração; a volta do curso de Medicina; previsão em orçamento; a previsão do PPA da volta do curso de Medicina; a maternidade que o Prefeito sonha fazer na cidade de Ponta Grossa; a estrada do Socavão e do Cerne, que a cada ano colocamos no orçamento, também está no PPA. Colocamos ainda, algo que acho importante e que o Deputado Teruo tem brigado, tem batalhado nesta Casa, participei de uma reunião da Comissão de Educação em Ponta Grossa, que é a escola em tempo integral de 5ª a 8ª séries, que o estado, com o dinheiro que tem sobrando, porque o estado subiu

o orçamento da saúde, era de 25, passou para 30, então, tem dinheiro sobrando. Só posso entender isso.

Se um Governo que não cumpriu os 25% em 2003/2004, mas daí vem agora e faz aquilo que nós chamamos de ajuste de conduta, sobe para 30%, é sinal que tem dinheiro sobrando.

Estou colocando uma emenda, espero que o nosso melhor Secretário da Educação do país possa gostar dessa idéia de colégio integral para os alunos de 5ª a 8ª séries. Começando com a 5ª série. Nossa previsão, idéia e sugestão, é que o 1º ano comece a 5ª série, no ano seguinte a 6ª e assim por diante. A sugestão que estamos apresentando só depende do Secretário da Educação e do Governador se entender que o projeto de tempo integral, tão defendido pelo Padre Valter lá de Apucarana, que é um sucesso em Apucarana, espetacular esse projeto, tem resolvido muita coisa na educação. Espero que isso possa ser também colocado no estado do Paraná.

É uma sugestão que estamos apresentando para diminuir a violência. O jovem na escola em período integral. Acho que poderíamos dar um começo. Ouvi uma palestra recentemente em Ponta Grossa, que há um aconselhamento que isso deve começar lá na 1ª série. Também acho importante.

Mas temos que correr atrás do prejuízo. Daí vem a sugestão de como começar nos municípios, mas o estado também faça sua parte e vai a sugestão e uma emenda no PPA para que se possa ter escola em tempo integral no estado do Paraná - 1º ano - 5ª série. Depois o estado, de acordo com o orçamento, vai melhorando.

Finalmente, Deputado Alexandre Curi, V. Exa. que sempre está presente nas Sessões, estive visitando, que tem muita gente que é medroso, quando precisa de alguém vai lá, quando não precisa, quando alguém entra em desgraça, foge. Na gíria popular é um medroso. O Cheida, quando era Secretário adorava o Cheida, abraçava o Cheida, meu amigo, Secretário do Meio Ambiente do Paraná, digamos que aconteça uma desgraça com o Cheida, abandona-se o Cheida. É o caso da Elma Romanó. No passado, muita gente a paparicou, muita gente gostava dela; hoje, a grande maioria do pessoal a abandonou. Está lá há quase 20 dias no setor de triagem da Polícia.

Eu estive lá fazendo uma visita a ela, até porque queria saber algumas coisas dela. Estive lá, sim. Eu não tenho vergonha de conversar com qualquer pessoa que seja, até porque um homem que tem vida pública tem que ir a todos os lugares, em todos. Eu estive lá, visitando a Dra. Elma Romanó. Oportunidade na qual ela me contou um monte de coisas, juntou um monte de documentos que está chegando às minhas mãos, que vou começar a tratar deste caso, Deputado Dobrandino; porque é muito fácil fazer uma cortina de fumaça, quando se está precisando. E pega uma pessoa de bem, que não tem uma mancha, Deputado Cheida, V. Exa. que foi Secretário de Meio Ambiente pode falar, não existe uma mancha na via

da ex-Chefe do IAP de Ponta Grossa. Uma mulher limpa na história do Paraná.

Agora, eu pedi, Sr. Presidente, nesta Casa, e esta Casa não me informou o que tinha no IAP, no passado. Eu queria saber das auditorias, dos desvios que aconteceram no IAP, em Ponta Grossa, no passado. Eu apresentei um requerimento e até hoje este requerimento não me foi apresentado! Eu pedi uma cópia da auditoria, Deputado Cheida, que foi feita lá e até hoje não recebi. Quero confrontar com aquilo que me disse a Elma, e que tem aquele ditado que diz: “Até prova em contrário, ninguém pode ser condenado”. E tem alguma coisa estranha na história dessa mulher. Tem alguma coisa pairando no ar, tem alguma coisa colocada no ar, que tem uma outra intenção. E eu passei e vou requerer nas próximas Sessões alguns documentos que já requeri e não recebi. E à Chefe do IAP, e Elma Romanó, perguntei: Dra. Elma, posso ir a fundo nesta história? “Pode, Deputado, deve! Eu sempre fui uma defensora do meio ambiente, V. Exa, pode ler um currículo; e agora estou presa porque assinei autorizações para derrubar a natureza!”

Ela está deprimida, está doente, está sofrendo! Mas, eu acho que tem alguma coisa muito grande por trás disto. E eu perguntei a ela, antes de defendê-la, com toda certeza: “Elma, existe alguma coisa que você tenha feito e que possa, na seqüência, ir contra você?” “Não, não fiz nada de errado; abro mão do meu sigilo bancário, tudo o que precisar, podem investigar minha vida”. Disse-me ela.

Então, algo tem nesta história da Elma Romanó. E acho que devo isso, a verdade, e eu vou requerer alguns documentos nos próximos dias. Espero que esta Casa aprove.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)

Neste particular do seu depoimento, a respeito da ex-Chefe do IAP em Ponta Grossa, quero comungar com o raciocínio de V. Exa. e publicamente, que já me manifestei há mais de 20 dias, através das televisões, das rádios, onde pude dar entrevistas, dizendo a mesma coisa que V. Exa, ou seja, sem querer atrapalhar as investigações que estão em curso, porque irregularidades existiram - disto não há dúvida nenhuma - existem lá mais de 100 autorizações para corte de araucária, feito de modo ilegal, assinados, inclusive, pela própria Chefe do IAP, ex-Chefe, Elma Romanó. Agora, quem conhece o passado dessa mulher, dificilmente a condenaria num primeiro momento, num primeiro olhar, como nos parece que a sociedade paranaense, com raras exceções, está fazendo.

Acho que o benefício da dúvida, que é uma medida de bom senso, é constitucional, inclusive como V. Exa. bem lembra, deve ser evocado aqui. E mais do que isso, evocado o trabalho que essa profissional fez durante tantos e tantos anos, inclusive servindo ao Ministério Público como profissional.

Agora, queria me somar a V. Exa. para dizer que gostaria até que esse requerimento que V. Exa. vai encaminhar novamente, que pudessemos nos somar enquanto Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, até pediria aos demais membros da nossa Comissão de Meio Ambiente da Assembléia que pudessem também, que apoiassem as suas indagações para que pudessemos, o mais rápido possível, ou até em reunião com o próprio Presidente do IAP, obtermos as informações que V. Exa. achar pertinente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado Cheida.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Ouçõ com atenção e com preocupação, Deputado Jocelito. O mais importante, e infelizmente, 36 mil araucárias foram deixadas ao solo. Esta é a verdade do que aconteceu. Mas, Deputado Jocelito, vou dar uma idéia, até mesmo para colaborar, porque o que é certo é certo e o que é errado é errado, e enquanto não for julgado está o direito de defesa e temos que respeitar.

Por que não se convida o Presidente do IAP para vir à Comissão do Meio Ambiente, para poder responder essas dúvidas, essas perguntas? Porque lá em Ponta Grossa ele esteve, ele que acompanhou os meios de comunicação no dia da prisão de todos aqueles que estavam envolvidos na situação, inclusive não encontraram na época a Elma Romanó lá, porque estava no hospital. Então, porque não convidam o Vitor Hugo Burko para vir a esta Casa responder as dúvidas, inclusive porque o Deputado Jocelito sabe, agora nesse final de semana ele deu uma entrevista nos meios de comunicação de Ponta Grossa confirmando, afirmando e apontando tudo aquilo que a imprensa trouxe nesses últimos dias com relação ao problema ambiental de Ponta Grossa. Então, acho que a vinda do Presidente do IAP do Paraná pode colaborar aí para tirar essas dúvidas que existem. E, Deputado Jocelito, o que é certo é certo e o que é errado é errado, e o tempo vai dizer.

Espero que estejamos, todos aqueles que participaram dessas denúncias, dessas investigações, estejam errados, porque o que falam hoje os meios de comunicação é que ela assinou mais de 100 autorizações e 27 mil metros cúbicos de araucária foram derrubados, vendidos e negociados dentro da região dos campos gerais.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, acredito que é necessário e importante fazer um registro aqui, não é meu costume, talvez seja a primeira vez que faço um registro da presença de autoridades aqui, e estamos com a presença do Prefeito de Irati, o Prefeito Sérgio. Em meu nome e em nome do Deputado Felipe, que representa Irati, também quero cumprimentar a presença do Prefeito de Porto União,

Santa Catarina, Renato Staziak, que é irmão de União da Vitória, do Paraná.

É só esse o registro, me desculpe, Deputado Jocelito, interrompê-lo, é que eles estão de saída.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Sejam devidamente registrados os pedidos do Deputado Rossoni. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só para encerrar, então eu agradeço aos Srs. Deputados e vamos aguardar, na seqüência, para ver o caso da Elma Romanó.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PSB/PR/PRB/PV; Bloco PPS/PMN; Democratas; PP; PT; PSDB; PMDB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 360/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, a criação do programa de estímulo à emissão de notas fiscais para combater a sonegação de impostos no estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 361/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a recuperação da Rodovia da Maça - PR-512, no município da Lapa/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Plauto Miró, na qualidade de Líder dos Democratas, constante do expediente, indicando seu nome, como integrante da Comissão da Mata Atlântica. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 06 (seis), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/07, que objetiva o ingresso do estado do Paraná, no consórcio intermunicipal para gestão dos resíduos sólidos urbano - SEDU/COMEC, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAM E CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CJJ. Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o Líder do PT, Deputado Elton Welter, formulou uma questão de ordem à Mesa ontem, e já houve tempo suficiente para que a Mesa pudesse tratar do tema.

A ata do dia 30 de outubro de 2007, na Ata nº 126, o Projeto de Lei nº 604 foi aprovado em 1ª discussão, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/07, com pareceres favoráveis da CCJ, da Comissão de Finanças, Comissão de Assuntos Metropolitanos e CEMA, com substitutivo geral da CEMA, aprovado.

Quero dizer que estamos votando hoje o substitutivo e não o projeto, porque senão estaremos atropelando o processo legislativo se votarmos novamente o projeto hoje.

Está aqui a ata da Mesa. Não é minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou responder a questão de ordem de V. Exa.

O substitutivo é da CEMA. Portanto, vamos votar hoje o projeto, o substitutivo e a emenda de Plenário.

A emenda da CEMA nós já discutimos, e a questão de ordem foi apresentada inclusive pelo Deputado Durval Amaral na CCJ. A emenda da CEMA voltaria ou não para a CCJ. Está é a grande dúvida, e o Regimento é omissivo. Não voltou à CCJ. E nada impede que votemos hoje. Vamos votar hoje o projeto em 2ª discussão, ressalvados o substitutivo e a emenda.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a emenda do Deputado Dobrandino foi ao substitutivo já. Como é que vamos votar o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Veio em 2º discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Desculpe, Sr. Presidente, a Mesa está tendo uma interpretação equivocada. Não é o projeto que está sendo votado, é o substitutivo.

Desculpe insistir, não estaria falando isso se não tivesse certeza absoluta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Na primeira discussão se vota o projeto. O projeto, na primeira, não está completo se receber emendas. Por essa razão, temos que votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No dia 31 o projeto recebeu a emenda do Deputado Dobrandino e daí foi para a CCJ.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas com o substitutivo geral já aprovado, Exa. Desculpe, mas o que voltou para a CCJ foi o projeto com o substitutivo aprovado.

O que retorna para votação, hoje, é o substitutivo geral que recebeu uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Porque na primeira nós somente aprovamos a constitucionalidade, Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu sempre acato as decisões de V. Exa., mas quero dizer o seguinte: a Mesa está interpretando equivocadamente. O Deputado Valdir Rossoni sabe muito bem o que tem que ser votado, hoje, é o substitutivo e a emenda. Desculpe, mas isso tem que ser votado e não o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós pretendemos votar o projeto, a emenda e o substitutivo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas nós estamos tratando só do substitutivo e da emenda, Exa. O projeto já é um novo projeto. Já é com substitutivo geral.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Pela ordem, Presidente.

(Assentimento)

Deputado Romanelli, vamos entender o Presidente. Deputado Romanelli, se V. Exa. me der a preferência da sua audição, ficaria satisfeito. Como é que funciona o

processo legislativo? Todos nós sabemos. O projeto recebeu parecer favorável da CCJ, foi para Comissão de Meio Ambiente e a comissão apresentou um substitutivo ao projeto. O projeto retornou na 2ª votação do Plenário. Quando o projeto foi apresentado, o Deputado Dobrandino apresentou uma emenda. Como o projeto tinha uma emenda ao substitutivo, ele saiu da Ordem do Dia e retornou à CCJ. Esse é o trâmite legislativo da Assembléia. Foi isso que aconteceu. Nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Entendo, Deputado Romanelli, que o trâmite é, realmente, um pouco esdrúxulo, mas infelizmente é esse mesmo. A avaliação do Deputado Elio Rusch é a mesma minha, é a mesma da Mesa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Respeitando o Deputado Elio Rusch e V. Exa. quero dizer que V. Exa., inclusive no seu encaminhamento, não falou por inteiro. Por quê? Porque está aqui a ata da Sessão. Desculpe, mas a ata não está errada. A ata é o extrato da Sessão. Já foi aprovada. Estamos discutindo, na verdade, a emenda ao substitutivo geral que já foi aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, não vejo qualquer dificuldade em se votar o projeto.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas para que possamos tentar entender. Vamos supor que aprovemos o projeto em 2ª discussão. Se votar o substitutivo, aprovemos o substitutivo. Mas, é contraditório, porque se nós aprovamos o projeto, como podemos colocar em votação o substitutivo? Se o projeto já foi aprovado em primeira, só pode ser aprovado o seu substitutivo.

Sei que é confuso, mas se nós aprovamos o projeto em primeira e há um substitutivo ao projeto, o projeto não existe para ser votado, tem que votar o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O substitutivo é da Comissão de Meio Ambiente. Nós podemos apresentar. Nós votamos o projeto...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Eu concordo com o argumento do Deputado Romanelli, porque se há um substitutivo, o nome já diz: é substitutivo ao projeto. Então, temos que votar o substitutivo porque senão como vamos aprovar o projeto e depois o substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos fazer a inversão então. E se não aprovar o substitutivo?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Já foi aprovado, Exa. Desculpe, mas já foi aprovado o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O substitutivo não foi aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Foi sim, Sr. Presidente. Desculpe-me ficar aqui debatendo com V. Exa., mas basta ver o que acontece no processo legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O substitutivo não foi aprovado, Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Se não fizermos assim, olha Exa., não é pelo que trata. V. Exa. sabe a minha posição em relação a esse projeto. Não é esse projeto. É a questão da produção legislativa. Porque já foi votado o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perdoe-me Deputado, estou com o substitutivo e não tem carimbo aqui de aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Está aqui a ata, que está assinada por V. Exa. O senhor permite que eu leia de novo? Ata nº 126, 30 de outubro de 2007, são várias leis, mas vou direto no que interessa: 1ª discussão do Projeto de Lei nº 604/07, de autoria do Poder Executivo, ... (Lê) ... Aprovado. Isso aqui é a ata, Exa. É a primeira. Aprovado, com substitutivo. O que estamos discutindo hoje é a emenda ao substitutivo. Eu não estou errado, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Todas as atas são assim, Deputado.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, questão de ordem?

(Assentimento)

Se votarmos o substitutivo primeiro e ele cair, aí volta o projeto original. Não tem sentido votarmos o projeto para depois votarmos o substitutivo. O substitutivo substitui o projeto original. Se o substitutivo cai em Plenário, volta o projeto original. Essa é a lógica e não tem outra justificativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, me permite só por analogia, tenho aqui o Regimento Interno. Ele é omissivo nesse termo. Esse é o Regimento da Câmara dos Deputados, é só para entender. Lá está bem explicitado isso. O que diz na Câmara dos Deputados? Votar-se-á em primeiro lugar o substitutivo da comissão, havendo mais de uma, a preferência é regulada pela ordem inversa de sua apresentação. Ou seja, desculpe, mas já votamos o substitutivo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, estou sentindo um açodamento da vontade de votar esse projeto faz uma semana. Vejam o açodamento do Líder do Governo, que deve ter suas justificativas. Vejo também uma vontade muito grande do

Líder do PT. Mas quero fazer uma questão de ordem que é pertinente. Por que está gerando esse conflito no Regimento? Digo a V. Exa. porquê razão. Ao apresentar o substitutivo geral não existe mais o projeto original. Existe o substitutivo geral. Mas o substitutivo geral, sofreu vício de continuidade dentro da Casa. Ele não passou pela CCJ e por isto este conflito. Eu imploro aqui a presença do Presidente da CCJ. O substitutivo não foi à CCJ. Por isso estou colocando aqui.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Apenas para poder continuar na linha de raciocínio, para esclarecer. Acho que o Regimento da Câmara dos Deputados tem algum valor para nós. O inciso IV, do artigo 191, diz o seguinte: *Aprovado o substitutivo, ficam prejudicados o projeto e as emendas a este oferecido, ressalvadas as emendas ao substitutivo e a todos os destaques.* Isso funciona assim na Câmara dos Deputados, na Federal. Estou dizendo que por analogia o nosso próprio Regimento prevê a aplicação do Regimento da Câmara dos Deputados. Estamos omissos. Vejo ali o nosso querido ex-Deputado José Maria Ferreira, é necessário que façamos esse esclarecimento no nosso novo Regimento, porque está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esse não é o nosso Regimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Digo, porque ele se aplica também, por analogia, nas questões omissas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não. Nós vamos votar o projeto, o substitutivo e a emenda. Se rejeitada a emenda ou o substitutivo, não se vota a emenda. Isso nós já deixamos claro na tarde de ontem. E quero ainda *datíssima vênica* Deputado Romanelli não contrariar. V. Exa. tem boa parte de razão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero aproveitar para registrar aqui, Sr. Presidente, a presença dos agentes penitenciários do estado do Paraná que estão aqui nas galerias, prestigiando a Sessão de hoje. Hoje se comemora o dia dos agentes penitenciários, temos vários representantes aqui. E, aproveitamos também para comunicar aos agentes penitenciários que um projeto de lei de grande importância para os agentes, de nossa iniciativa, que permite o porte de armas aos agentes penitenciários, hoje obteve parecer favorável na CCJ e deverá ser aprovado nos próximos dias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Atenção, então, Srs. Deputados. Segunda discussão do Projeto de Lei nº 604/07. Segunda discussão Mensagem nº 032/07.

Está em votação o projeto, ressalvado o substitutivo e a emenda. Em votação o projeto. Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento para que possam fazer a verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, ao pedir a verificação de votação o Líder do Governo, eu peço chamada nominal. Quero que V. Exa. determine a chamada nominal, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário para a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcelo Rangel)

(Inicia a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, estou votando a minha presença sim ou o projeto? Ele pediu verificação de votação, porque temos que votar o substitutivo, no meu entender.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Só a presença. Pediram a chamada nominal.

Estou tentando ser o mais claro possível, mas acho que está ficando difícil.

Coloco em votação o projeto; aprova-se o projeto por unanimidade, no meu modo de entender; o Líder do Governo pede verificação de votação; o Líder da Oposição pede chamada nominal.

E vocês querem que eu faça o que?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Cumprir o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Que V. Exa. cumpra o Regimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Fiz uma proposta ao Líder do Governo, se ele retirasse a verificação eu retiraria a chamada. Como ele não retira, eu também. Então, cumpre-se o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Então, continua a chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcelo Rangel**)
(**Procede a chamada nominal**)

Quarenta e quatro Srs. Deputados responderam a 1ª chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quarenta e quatro Srs. Deputados.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento, porque cabe uma explicação na questão da votação. É muito importante que haja esta explicação.

A matéria foi amplamente discutida, houve uma questão de ordem da CCJ - nós não respondemos esta questão de ordem - e a questão é clara. Vamos deixar a coisa bem clara, os Deputados que forem, a favor do projeto votarão contra o substitutivo e vice-versa, senão não tem nexos só aprovarmos o projeto e não aprovarmos o substitutivo, até porque o substitutivo - me corrija Deputado Durval Amaral, se eu estiver enganado - o substitutivo vai substituir o projeto.

Eu não posso aprovar o projeto e o substitutivo, não posso.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para corroborar com V. Exa: o substitutivo substituiu o projeto, ampliou para cima e para mais e já foi aprovado em 1ª votação. No meu entender tem preferência na votação o substitutivo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, me desculpe se estiver equivocado e quero dar a minha colaboração: também acho que devemos votar o substitutivo, votado e aprovado o substitutivo está prejudicado o projeto. Essa é a minha compreensão. Então vamos votar agora o substitutivo geral, no qual temos posicionamento contrário.

Sr. Presidente, há mais uma dúvida até para que se esclareça porque é necessário: se nós votarmos o substitutivo, está aprovado o substitutivo, senão nós votaremos o projeto. Então que fique, claro, nós teremos ainda a oportunidade, pelo menos é nossa intenção de derrubar o substitutivo e aprovarmos o projeto. Por essa razão a interpretação de alguns parlamentares dizendo, que se não aprovado o substitutivo não poderá aprovar o projeto é equivocada. Estou esclarecendo a minha bancada porque nós queremos derrubar o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Se cair o substitutivo vota-se o projeto.

Apenas para esclarecer aos nobres Pares, a partir da emenda da CEMA o projeto deveria ter votado a CCJ para que se evitasse esse impasse. Como não voltou deu essa confusão toda.

Vamos votar o substitutivo.

SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados o presente projeto de lei que o Governador do Estado envia a Assembleia Legislativa e que pede autorização, para par-

ticipar do consórcio dos municípios, com relação ao lixo coletado nas mais diversas regiões.

A nossa posição, Sr. Presidente, é muito clara e nós discutimos com a Bancada da Oposição. A mensagem original visa a constituição do consórcio, com a participação do Governo do Estado na região metropolitana de Curitiba, ou seja, com os municípios que integram a região metropolitana. Nós somos favoráveis a mensagem do Governador do Estado do Paraná!

Agora em relação ao substitutivo, somos contra por uma simples razão, Deputado Caíto Quintana, vamos entender o seguinte: nós conversamos com alguns Deputados aqui da Assembleia e esses Deputados, têm consultado os seus prefeitos das regiões sede das microrregiões. Esses prefeitos se quer foram consultados ou sabem do trâmite desse projeto aqui na Casa. Ora, como é que nós vamos querer aprovar uma Constituição de diversos consórcios no estado do Paraná nas microrregiões, sem consultar os prefeitos, se isso interessa a eles ou não interessa. Não podemos de forma alguma, querer aprovar a participação do Governo do Estado, do consórcio.

Vou pegar uma região, a região de Maringá, formar-se um consórcio para a coleta de lixo sólido na microrregião de Maringá. Os prefeitos dessa microrregião foram consultados? Eles são favoráveis ou não? Os Prefeitos de Londrina, Guarapuava, Ponta Grossa, enfim foram consultados? Como é que nós aqui na Assembleia, queremos aprovar uma lei, forçar uma lei. O Governador pede autorização para participar do consórcio de uma determinada região, cuja região os seus prefeitos não foram consultados se eles querem consórcio ou não querem. Ninguém é biônico, ninguém foi nomeado Deputado, todos nós fomos eleitos com os votos do povo. Como é que nós queremos agora instituir o consórcio em uma determinada região do Paraná sem a consulta dos seus administradores. Isso é bom? Isso é ruim? Não sei, não sou administrador.

Agora, o que gostaria e o que defendo, como nós aprovamos já em 1ª discussão a mensagem do Governador. A mensagem do Governador nós somos favoráveis. Agora, a constituição de diversos consórcios no estado do Paraná, que mande a mensagem para a Assembleia Legislativa gradativamente. Temos aqui, o Deputado Dobrandino que é de Foz do Iguaçu, que foi Prefeito por 2 vezes naquela cidade, ele é contra a constituição do consórcio na microrregião. Por que ele é contra? Deve ter as suas razões, sabe que isso não interessa ao município de Foz do Iguaçu. Será que o Prefeito de Maringá, de Ponta Grossa, de Guarapuava, de Campo Mourão, qualquer Prefeito, eles estão sabendo daquilo que estamos efetivamente votando no dia de hoje? Ora, se o Governo do Estado tem interesse em querer participar desses consórcios, então, mande uma mensagem posterior. Porque aqui em Curitiba, segundo me consta, houve essa consulta, ou ao menos os prefeitos têm demonstrado interesse que o Governo do Estado participe na formação desse consórcio. E as demais regiões?

Ora, se somos democráticos ninguém é biônico, ninguém foi nomeado, vamos aprovar a original e o estado, na medida que lhe interessa, ele manda a mensagem para a Assembléia, uma com todas ou gradativamente a medida em que for implantando os consórcios. Aí sim, estaremos legislando de acordo com os interesses e a vontade dos nossos municípios. Mesmo porque, disse ontem, que a participação do Governo do Estado em consórcios, entre Poderes Públicos, ou seja o Governo do Estado e os municípios é regulamentado por uma lei. E a lei é federal, que é a Lei 11107 de abril de 2005, que dá poderes para que os entes federados, os estados com os municípios possam formar consórcios. Agora, o que diz a lei? Disse ontem, para que o município, o estado participem desse consórcio se faz necessário que tenha previsão orçamentária.

Estamos aqui formando consórcios e mais consórcios, no Paraná inteiro, sem saber se os municípios têm lotação orçamentária locada para o próximo ano. Então não precisa ser urgente. Porque o consórcio só pode ser formado desde que você tenha locado no orçamento uma rubrica específica, com seus recursos alocados. Isso não tem. Segundo, nem no orçamento do estado não tem nem deste ano, e não sei se o Governo do Estado tem uma previsão no orçamento, do próximo ano, que está aqui, nesta Casa; se existe uma previsão orçamentária para esta finalidade.

Lógico, e tão logo não tenha tanta urgência de aprovarmos, usar o rolo compressor, usar a força, empurrar goela abaixo um projeto de lei que, de repente, não interessa aos municípios. Vamos consultar os municípios. Se os municípios forem favoráveis, Deputado Teruo, V. Exa., de Paranavaí, deve saber qual é o problema dessa sua microrregião. O lixo está sendo administrado por quem? Cada município tem o seu aterro sanitário ou não tem? Interessa a microrregião do noroeste, da região de Paranavaí, em querer participar desse consórcio? Ou Paranavaí tem o seu problema já resolvido?

Como é que nós, aqui da Assembléia, vamos querer empurrar um projeto goela abaixo, forçando os municípios a formar um consórcio. Mas, estamos autorizando. Mas, antes de autorizar vamos ser democratas. Vamos consultar. Vamos ouvir os prefeitos. Há interesse ou não há interesse? Para que não sejamos, amanhã ou depois, acusados que a Assembléia Legislativa faz leis sem consultar os municípios, se isso interessa ou não isso interessa aos municípios.

Ora, todos sabemos que existe a independência dos Poderes, mas existe a harmonia entre os Poderes. Os municípios têm que estar afinados com o Governo do Estado. Lógico, para o bem e para o seu desenvolvimento. Nós, como Deputados, entendo que jamais poderemos fazer uma lei sem consultar se isso interessa efetivamente os prefeitos que são objetos desse substitutivo.

Entendo o Deputado Cheida, ex-Prefeito de Londrina, a quem devoto o maior respeito, sei que V. Exa. é um profundo conhecedor, eu jamais faria algo aqui, na

Assembléia Legislativa, em relação ao meio ambiente, sem consultar V. Exa. Devemos consultar no mínimo os prefeitos, se eles têm interesse em querer participar desses consórcios ou não. Como já vi Deputados falaram que os seus prefeitos não sabem. Então, nada mais justo do que consultá-los. Se os prefeitos forem consultados e disserem: Nós somos favoráveis ao consórcio, vamos votar a favor. O que não queremos é empurrar um projeto goela abaixo sem ouvir os prefeitos.

Devoto o maior respeito a V. Exa., que é um profundo conhecedor da questão do meio ambiente e do lixo do nosso estado. Por esta razão conclamamos que votamos contra o substitutivo e mantemos o projeto original que é o interesse do Governo do Estado. A mensagem que ele mandou para a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O segundo orador inscrito para encaminhar, o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Par Elio Rusch.

Quero começar pela sua última colocação, quando V. Exa. afirma que estamos impondo aos municípios e aos prefeitos, uma lei. Não é verdade.

Esse substitutivo, Sr. Presidente, ao Projeto de Lei nº 604/07 se justifica por várias e várias situações. A primeira delas é que pela primeira vez, na história do Paraná o Governo do Estado está apontando essa questão dos resíduos sólidos da forma mais correta, tecnicamente falando.

Os lixões, aterros sanitários e similares não deram certo e o Paraná tem mais de 100 anos. O Paraná recolhe 20 mil toneladas de lixo todos os dias. Isso significa 20 milhões de quilos. A região metropolitana apenas 3 milhões de quilos por dia. O resto do Paraná 17 milhões. Ou seja, fazendo uma conta, uma aritmética bem pequena, temos a região metropolitana colaborando com 15% do lixo do Paraná; 85% é interior. Ora! E vamos votar aqui um projeto instituindo consórcio, melhor, autorizando o estado do Paraná a participar de um consórcio apenas da região metropolitana do estado.

O resto do interior do Paraná vai ficar olhando, discriminado, largado como está e vendo uma situação que é a ideal. Todos que falaram dizem que é a ideal. E o consórcio passa praticamente de forma despercebida para o restante do estado.

A segunda questão é que a Lei Federal nº 11107/05 disciplina os consórcios e também a Lei nº 11445/07, que é a chamada Lei de Saneamento, no seu inciso I do artigo 3º diz que o saneamento também é um manejo de resíduo sólido, além do esgoto, da limpeza urbana, da água, da drenagem de galerias pluviais, ou seja, a SANEPAR pode participar enquanto empresa, da formação de um consórcio.

No inciso II desta mesma lei, deste mesmo artigo 3º, diz que se permite a gestão associada, que é a gestão de consórcios entre entes federados que é o que o Deputado Elio Rusch tem falado com muita propriedade.

Pois bem! O estado do Paraná tem neste momento 248 municípios com aterro sanitário. Só que 124 deles viraram lixões, estão mal operados e a justificativa dos prefeitos é que não tem dinheiro para comprar uma pá-carregadeira, contratar um motorista, contratar um fiscal de balança, botar uma balança e assim por diante.

Conhecemos aqui a realidade dos municípios do Paraná, se não todos.

Existem no Paraná 133 lixões, aonde a Prefeitura vai lá e despeja o caminhão do lixo, despeja a caçamba e fica lá, a céu aberto, lixo hospitalar, lixo doméstico e assim por diante. Apenas 5 consórcios existem no Paraná e todos eles operando de modo adequado e com economia extraordinária aos municípios e aos prefeitos. Porque ao invés de comprar 30 pás-carregadeiras, 30 balanças, 30 fiscais, 30 motoristas, 30 guardas, eles simplesmente fazem isso com uma unidade de cada uma dessas esferas de custo. Porque se consorciam.

Ora! Se isso é uma medida de bom senso, porque postergar, porque deixar para depois. E assim, pensei na Comissão de Meio Ambiente. Por isso fiz o substitutivo a esse projeto de lei. E por isso imaginei várias cidades, vários municípios, incluindo municípios grandes, menores, metropolitanos. Exceção seja feita aqui ao sudoeste, que já me penitenciei e disse que foi um erro, uma falha, uma omissão sem justificativa da minha parte, e disse isso aqui com toda honestidade, quando discutimos pela primeira vez o projeto, que não previ de forma adequada o sudoeste, embora, mais de 300 municípios sejam contemplados na proposta que fiz. E mesmo considerando o nosso sudoeste, é possível, no cotejamento deste projeto de lei, no substitutivo, também prevermos as cidades do nosso sudoeste.

Às vezes ficamos imaginando, mas, será possível que o próprio consórcio dê conta destas questões ambientais, de resíduos? Não está aí a Caximba, atestando que precisamos modificar? Estão falando em fazer um novo consórcio em Curitiba, de uma nova forma. Sem dúvida, e o problema da Caximba não é ter sido um consórcio. No meu modesto entendimento, o problema da Caximba foi ter sido feito um consórcio na forma de experiência, pegando municípios que não se associaram com a mesma responsabilidade a Curitiba. Curitiba deu o local, fez a coleta seletiva, mas os parceiros não eram obrigados a fazer o mesmo.

Segundo, escolheram um local errado, um local ambientalmente incorreto para se depositar o resíduo. E é claro que o problema da Caximba não é ser um consórcio. Mas, é ser um consórcio, no meu entendimento, feito num local errado e com atribuições erradas também.

Por último, gostaria de dizer mais uma vez, rebatendo o que disse meu nobre companheiro Elio Rusch. Não estamos formando consórcios. Estamos autorizando o Governo do Estado a entrar em consórcios que virão a ser formados. E só serão formados se os municípios

concordarem, se aprovarem uma lei na Câmara, da mesma maneira como podem integrar um consórcio, podem sair, porque o município é um ente federado autônomo.

Então, não estamos obrigando Prefeito nenhum a fazer consórcio.

Por isso, não se consultou os prefeitos, porque é obvio que se o Prefeito achar por bem não entrar, ele não entra. De modo algum ele está obrigado. Foz do Iguaçu, por exemplo, não está obrigada, mesmo estando previsto no substitutivo, porque o substitutivo simplesmente autoriza o estado a participar. E nada mais.

Acho que este nosso substitutivo avança e avança muito. Ele aponta um novo momento para a questão dos resíduos sólidos no Paraná. A questão dos resíduos sólidos no Paraná tem sido, de certa maneira, tratada de uma maneira exemplar, no que tange ao recolhimento, mas não ao destino final.

Neste exato momento, o Secretário Rasca Rodrigues está embarcando para a Bahia, porque o Governo baiano resolveu adotar o programa de estado chamado Desperdício Zero, assim como o Governo da Paraíba e também o Governo da Califórnia, nos Estados Unidos, que quer adotar o modelo do Paraná de recolhimento, não de acondicionamento final. Volto a dizer: o Secretário de Estado está indo à Bahia neste exato momento, falar sobre o programa e assinar um termo com o Governo da Bahia, porque o Paraná está exportando algumas idéias importantes.

Mas, do mesmo jeito que damos exemplos para o resto do país, não temos nada a nos orgulhar do destino final dos resíduos que não são recolhidos e reciclados. Estes, continuam em lixões a céu aberto, e se este substitutivo não vier a ser aprovado, talvez continuarão por muitos e muitos anos, ainda. Desgraçadamente.

O que peço aos demais Deputados é que possamos construir, como estamos construindo com este substitutivo, uma orientação para o estado do Paraná, para os prefeitos, e também para o Governo do Estado, dando uma oportunidade de co-responsabilidade do Governo e assim, sem dúvida nenhuma, avançarmos na questão dos resíduos no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Concedemos a palavra ao Deputado Ribas Carli.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero encaminhar contrariamente ao substitutivo, marcando a posição do bloco formado pelos Deputados Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Reni Pereira, este que vos fala e pelo Deputado Chico Noroeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não quero ser redundante a repetir muito do que já foi falado, mas só para completar o que o Presidente da SANEPAR, na parte da manhã, explicou junto com sua assessoria técnica, de que este consórcio ou estes consórcios que serão montados, são baseados dentro da necessidade dos municípios, hoje, do Paraná. Não estamos obrigando absolutamente nenhum município, visto que é uma prerrogativa do município, a delegação, sobre a utilização da coleta e também não só da compostagem, mas da reciclagem do seu lixo. Mas, estamos dando a possibilidade, dentro do substitutivo, de abrir uma conversação, para que a SANEPAR possa - e quero uma atenção dos Deputados - capitalizar e buscar recursos do PAC, que existem recursos para as empresas de saneamento, que trabalham em parceria com os municípios, na possibilidade do controle ambiental na área de saneamento ambiental, de buscar atender os municípios de pequeno, médio e grande porte.

Hoje, a verdade é que em Curitiba não temos uma coleta de lixo. Temos, todos os dias, uma busca de uma salvação dos mananciais de Curitiba e da região metropolitana, visto que a Caximba, que já foi palco de mais de 100 processos do Ministério Público, continua funcionando. E que o projeto original, como falei na parte da manhã, com o Presidente da SANEPAR, o projeto original do Governo é oriundo de 1992. Não é de 2007. Em 1992, tínhamos uma pesquisa, por meio não só de geoprocessamento, mas do local mais apropriado, principalmente da região metropolitana, que pudéssemos ter uma compostagem, a separação do lixo, a reciclagem do lixo e transformação do lixo, principalmente em adubo, após a compostagem. Isto é, teríamos um resíduo, para aí sim a compactação e transformação, que nós estamos afirmando que nosso lixão da Caximba nada mais é do que uma grande compactação de lixo. Uma enorme, gigantesca, compactação de lixo. Que hoje já influencia os canais de abastecimento, principalmente daquela região da Caximba.

O que estamos visualizando? Que este projeto de 1992 foi melhorado, foi transformado num projeto moderno, que os consórcios, como eu hoje tenho a experiência do consórcio intermunicipal do lixo entre Jaboti, Tomasina, Japira e Pinhalão, aonde 4 municípios, usando de um exemplo real, cotizam mensalmente a reciclagem deste lixo, estão fazendo lixo que não é lixo, estão transformando o lixo já na sua própria cidade. E o residual que chega a cerca de 20% a 30% de toda esta coleta, aí sim é compactado no local apropriado.

Por isso, a votação do substitutivo, visualizando que vamos ampliar para todos os municípios do Paraná - Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e tantos

outros - não têm a ver com a prerrogativa da autonomia do município. A coleta ficará por conta do município, se o município assim o desejar. A distribuição, o encaminhamento do lixo ficará por conta do município. A SANEPAR estará, apenas, fazendo um grande investimento, que será, aí sim, importante na área ambiental. Deputado Durval, o senhor que é preclaro, entendido não só nessa área, mas em muitas áreas, nós queremos que a SANEPAR seja mais eficiente na área ambiental do que hoje ela é. Ela já faz o papel do tratamento de esgoto, que muitas vezes o esgoto também está sendo oriundo dos grandes lixões. Mas as contaminações dos lençóis freáticos do Paraná estão sendo visíveis, em locais como a região de Campo Mourão que não tínhamos problema nenhum. Temos cidades que estão passando por grandes secas, cidades que estão aprofundando cada vez mais os seus lençóis freáticos e buscando também desviar dos canais dos lixões, que querendo ou não, pela erosão que nós temos na região noroeste, quando existe um desassoreamento, ou assoreamento de um rio, há uma movimentação de terra que pode abrir um flanco na terra causando um grande drama nos lençóis freáticos.

Por isso, venho encaminhar para que o substitutivo, seja uma válvula não só de entendimento dos municípios, mas, na possibilidade da SANEPAR ser capitalizada com recursos oriundos a fundo perdido do PAC, para que todos os municípios do Paraná, independente da sigla partidária, possam vir a ter esses recursos investidos pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal. Seria isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Cheida o senhor não sabe o quão difícil é pegar esse lugar para contestar as suas palavras. Eu pensei que nunca viveria esse momento aqui nessa Casa, porque via de regra eu comungo com quase todas as idéias. Mas o senhor começou o seu pronunciamento colocando a seguinte frase: que o estado nunca viveu um momento tão feliz, não foram bem essas palavras, porque é a primeira vez que o estado está encaminhando adequadamente a questão dos resíduos sólidos.

O meu questionamento, Deputado Cheida, é exatamente nesse sentido. Em momento nenhum se colocou nesta Casa qual é a proposta de encaminhamento para o destino final de resíduos sólidos que o estado quer dar, Deputado Kielse. É exatamente essa a minha dúvida.

Aqui se encaminhou para esta Casa um projeto, uma mensagem do Governo, dizendo que o estado queria fazer parte de um consórcio que envolve Curitiba e mais 14 municípios da região metropolitana. Foi essa a mensagem que veio do Governo. A princípio eu me posicionei, e continuo favorável a essa proposta, a proposta de o estado participar do CONRESOL, ou seja, o

consórcio de Curitiba e os 14 municípios. Eu entendi que, embora a gerência dos resíduos sólidos seja uma prerrogativa dos municípios, o estado participando desse consórcio poderia fazer uma integração de políticas. Eu entendi só isso. É só isso que está escrito na mensagem do Governo. Não está escrito mais nada, não está escrito que a SANEPAR vai participar disso, que destino a SANEPAR vai dar para os resíduos sólidos, nada está escrito. Aí depois veio um substitutivo, e eu quero me penitenciar perante toda a Plenária da Assembleia, que enquanto membro da Comissão de Meio Ambiente nós assinamos o substitutivo. Mas agora nós temos que repensar essa posição e o porquê. E o nosso posicionamento quanto ao bloco será contra o substitutivo. É, sim, uma autonomia do município a Lei nº 11445 de 2007. A lei de saneamento básico diz que a gerência de recursos sólidos é do município, Deputado Tadeu. Nós já temos um consórcio, ontem eu falei isso, eu quero repetir, nós já temos um consórcio formalizado, a Prefeitura de Curitiba juntamente com os 14 municípios da região metropolitana, dentre os quais Araucária que é minha base eleitoral, onde resido e crio meus filhos. Tem trabalhado, nos últimos meses, em cima de uma proposta, esta sim é de vanguarda, esta sim está explícita para todos os paranaense e brasileiros verem.

Uma proposta que diz que naqueles 100 hectares, quem ganhar o processo de licitação não vai recolher o nosso lixo, jogar lá e criar um lixão. Essa proposta está explícita que a empresa terá 6 anos para pegar esse lixo e dar destino final adequado, criando usinas de compostagem, trabalhando com reciclagem. Deixando só 15% de resíduos, isso em 6 anos.

Essa é uma proposta clara do que se quer dar. Isso temos que deixar registrado, pois é a primeira vez que Curitiba e os 14 municípios, sem a presença do estado, propõem a todo Paraná.

Que o estado vai lá, concordo. Como a COPEL é nossa, a SANEPAR é nossa, é minha também, como é de todos os senhores.

Quero, sim, que o lixo venha um dia ficar gerenciado pela SANEPAR. Entendo que o lixo é uma fonte de riqueza e iremos entender isso daqui a bem pouco tempo, espero.

Não posso dar uma carta em branco para o estado que não diz como vai participar, que destino vai dar e que projeto tem.

Recebemos este documento ontem, mandado pela SANEPAR, dizendo tudo sobre a lei; dizendo que a mensagem aqui é só uma autorização, falando tudo. A única questão que eles não falaram aqui é o que o estado pretende fazer com os resíduos. A SANEPAR não falou aqui.

E aqui na última página, pedia até para a minha assessora ligar para a SANEPAR e dizer que eles esqueceram uma página, porque esse documento não está conclusivo. Eu tinha certeza absoluta que este documento tinha mais uma página.

Vou ler para os senhores: “Considerações Finais: diante do exposto, verifica-se que a prestação regionalizada de serviços públicos de gestão de resíduos sólidos que propõem a participação do Governo do Estado do Paraná em consórcios intermunicipais, poderá ser levada a termos por meio da participação da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, na operação de sistemas de tratamento e destinação final de resíduos. Tendo em vista que, dentre suas atribuições legais, está apta a prestar serviços públicos de saneamento relacionados a tratamentos e disposições de resíduos sólidos. A título de demonstração de sua capacidade técnica no setor, destaca-se que a SANEPAR opera desde o ano de 2002 o sistema de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, apontada como um dos melhores modelos em operação no estado do Paraná.”

Aí eu dizia: onde, quando e como?

Aqui no plenário, ontem, foi me dito: “Ah, Deputada, faltou a palavra Cianorte no documento.” Claro que isso acontece! Mas a falta da palavra Cianorte esvaziava este documento que eu recebia, e fazia com que eu tivesse discutido e lido todos os outros argumentos que, em nada me remove da idéia de votar contra o substitutivo.

Outra coisa que quero explicar para os senhores: se amanhã vier do Governo uma mensagem dizendo que a SANEPAR - como foi feito com a questão da COPEL e os pedágio - pretende participar de todos os consórcios que, porventura, vierem a ser firmados no estado do Paraná, entendo sim ser esse o caminho. O Deputado Cheida está certo quando diz que os consórcios são importantes, mas se amanhã vier um documento que o estado pretende participar de todos os consórcios que vierem a ser formados, eu serei a primeira a encaminhar favoravelmente.

Não posso entender que estejamos criando sem discutir com os municípios um consórcio para Foz, um consórcio para Apucarana, um consórcio para Umuarama. Não entendo essa coisa. Acho que os estados têm autonomia e tem que vir de lá, é o contrário. Se o substitutivo não é uma imposição legal, Deputado Cheida, ele é uma imposição oral.

Obrigado. Sr. Presidente.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

De forma nenhuma, vou encaminhar novamente porque seria redundância, mas quando falamos, ainda há pouco, deixamos claro: é prerrogativa dos municípios. Os municípios que vão dar sua autorização. Os consórcios serão formados a partir da autorização dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito, Deputado. Acho que isso já está claro.

Com a palavra o Sr. Deputado Professor Luizão, para encaminhar.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Em relação ao substitutivo ao projeto de lei, vejo que o Deputado Cheida brilhantemente encaminhou o seu voto favorável a este projeto, porque os consórcios são uma evolução. Muitos municípios, principalmente das regiões metropolitanas, não têm como resolver seus problemas sozinhos, sem uma parceria com os demais municípios. Isso na área da saúde, isso na área dos transportes, isso na área da segurança, mas principalmente na área da coleta e destinação do lixo. Nós temos exemplos aqui na região metropolitana, ex-Prefeita Deputada Beti, de municípios que não têm como resolver seus problemas sozinhos. Portanto, o consórcio é uma evolução que permite aos municípios se ajudarem, além de baratear o custo da destinação do lixo, até porque a questão ambiental é cada vez mais premente e temos que estar atentos a essa questão.

Não vejo porquê um projeto que foi elaborado como substitutivo na Comissão de Meio Ambiente não deva ser aprovado. Este projeto não é nenhuma forma de imposição. Na verdade, é uma oportunidade aos municípios que já estão em conversação, que já estão em processo de elaboração do consórcio, é uma oportunidade a eles de aderirem ou não. Como disse o Deputado Kielse, o município vai decidir se vai aderir ou não. O Executivo decidindo aderir, vai enviar o projeto à Câmara de Vereadores, que vai aprovar ou não a adesão do município ao consórcio e, depois, se quer ou não fazer parceria com o Governo do Estado. Então, eu vejo que é oportunidade. Não estamos, de forma alguma, impondo algo aos municípios.

O Governo do Estado precisa da Assembléia Legislativa a autorização para poder integrar os consórcios dos municípios. Então, estamos aqui hoje, votando essa possibilidade. Além de Curitiba e região metropolitana, que já estão num processo bastante avançado na construção desse consórcio e esse consórcio quer a participação do Governo do Estado para poder, com certeza, facilitar o seu trabalho de destinação do lixo dos nossos municípios.

Por meio deste substitutivo geral, estamos ampliando essa oportunidade para Apucarana, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Londrina, Guarapuava, Umuarama, Cascavel e Campo Mourão. Essas regiões vão ter também a oportunidade de aproveitar e se quiserem poderão contar com a parceria do Governo do Estado, na resolução do problema do lixo em suas regiões.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste momento, temos que dar oportunidade a essas regiões se quiserem também fazer parceria com o Governo do Estado, para poder resolver as questões do lixo.

Fico imaginando se hoje temos essa oportunidade e a negamos a essas regiões que citei aqui e os municípios cobram desta Assembléia Legislativa, por que nos deixaram de fora, já que é mais vantajoso fazer parceria também com o Governo do Estado, por que nós, neste momento, negamos essa oportunidade a essas regiões? Acho de bom

senso se o Governo enviar uma proposta, uma mensagem ampliando para essas regiões. Por que esperar uma mensagem, se temos aqui a oportunidade de aprovar essa possibilidade a essas regiões? Uma proposta discutida e debatida na Comissão de Meio Ambiente, que foi amadurecida nessa comissão, não porque agora não ouvimos os municípios. Os municípios só vão integrar se quiserem. Não podemos negar neste momento a oportunidade.

Desculpe, Deputado Dobrandino da Silva, mas acho que não podemos negar também essa oportunidade a Foz do Iguaçu, porque se o município de Foz do Iguaçu resolver não integrar o consórcio, simplesmente ele nem vai tomar a iniciativa de querer fazer parceria com o Governo do Estado. Ele vai dizer “Não quero. Não vou tomar a iniciativa. Essa oportunidade não me serve. Temos outra possibilidade aqui que é mais vantajosa à região de Foz do Iguaçu.”

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, acho que é o momento de votarmos e aprovarmos esse substitutivo, porque isso nada mais é do que uma oportunidade aos municípios. Ninguém aqui vai reclamar de termos votado a possibilidade de uma região fazer parceria com o Governo do Estado, se ela quiser. É isso que estamos votando. Não vejo porquê deixarmos de aprovar esse substitutivo geral, que nada mais é do que uma oportunidade a essas regiões. Por isso peço o voto das Deputadas e dos Deputados. Acredito que o desgaste será bem menor para esta Casa, se oportunizarmos a essas regiões a possibilidade de fazer parcerias com o Governo do Estado.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Deputado Luizão, primeiro quero contraditar o que V. Exa. disse. V. Exa. foi afirmativo de que não queremos que o estado participe de consórcio. Muito pelo contrário, queremos que o estado participe de consórcio, mas com boa intenção, com planejamento.

Vou citar um exemplo para V. Exa. da falta de planejamento. Disse muito bem aqui a Deputada Rosane de que os municípios da região metropolitana vêm trabalhando há muito tempo com esse consórcio. Ora, quantos anos faz que este Governo está instalado no Paraná?

Quatro anos e meio. Agora que ele acordou para participar desse consórcio. Aí trago mais uma prova de que este Governo não planeja as suas ações. Nem planejamento político, nem financeiro, nem respeito aos próprios entes do estado. Ora, se o estado desejasse, Deputado Dobrandino, participar com boa intenção do consórcio da região metropolitana, ele teria participado desde o primeiro momento, porque é do conhecimento público o problema. Todos sabem o problema que tem o aterro da Caximba. Todos conhecem, só o estado que é

surdo e, às vezes, até mudo, como diz o Botto de Lacerda, ele não disse mudo, mas disse omissão. E agora, ele vem aqui com improviso total querendo participar do consórcio da região metropolitana.

Pastor Praczyk, se nós Deputados de Oposição ou do Bloco Independente, disséssemos não ao projeto do Governo, nós também estaríamos legitimados. Mas, não podemos dizer não sabe por quê? Eles colocarão em dúvida a legitimidade do processo que a região metropolitana está fazendo. E quando digo região metropolitana, é Curitiba e todos os seus municípios.

Então, por esta razão, o futuro vai dizer qual é a intenção do Governo em chegar atrasado, em chegar sem planejamento, não mostrar porque quer participar desse consórcio. Num futuro bem próximo, Deputado Cartário, estaremos aqui nesta tribuna dizendo porque aprovamos aquela lei. Aí, vamos ver que este Governo não está bem intencionado. Mas, vamos dar a oportunidade ao Governo.

Segundo, com todo o respeito que tenho ao Deputado Cheida. O Deputado Cheida com o conhecimento que tem da questão ambiental - prova disso que é o meu mestre na questão - procuro ouvi-lo sempre, tenho o maior respeito. Mas, Deputado Cheida, infelizmente lhe induziram a erro.

A Deputada Rosane foi correta quando afirmou: “quando você constitui um consórcio de municípios, tem que partir da base, senão ele acontece errado”. Por que o consórcio da região metropolitana está correto? Ninguém está fora, todos estão compartilhando porque começou lá na base. A Deputada Rosane afirmou aqui que a Constituição em um determinado consórcio faltou um dos principais municípios: Cianorte.

Vou citar um outro exemplo, para ver como induziram V. Exa. ao equívoco. Constituíram aqui o consórcio da região de Guarapuava - e ali eu conheço bem - colocaram na região de Guarapuava, o município de Inácio Martins. Está aqui o Deputado Felipe Lucas que pode dar o seu testemunho. Aonde é mais fácil o município de Inácio Martins fazer o consórcio: Guarapuava ou Irati? Hoje, pelas condições de trânsito, pela distância, Irati. Agora, outra pergunta que faço, Deputado Felipe Lucas e Deputado Artagão que conhecem a região. Se isso tivesse sido planejado pelo Governo, ao constituir a região de Guarapuava, onde está o município de Cândói? Onde está o município de Pinhão? Estou citando um exemplo para não citar os demais.

Por esta razão, quero dizer o seguinte: quando não há planejamento, não há acerto. Pode dar certo? Pode. Mas, a possibilidade é mínima. Então, o Governo está totalmente errado.

Para errarmos menos, Deputada Rosane, certamente o nosso voto aqui em favor do projeto original do Governo, Deputado Durval, é para nós errarmos menos, não é acertar. Porque o substitutivo, eu vi aqui outro dia Deputados dizendo: “Ah, mas a minha região não está contemplada”.

Ora, o Governo diz: “Ah! Mas nós queremos aqui um projeto autorizatório”. Não estamos aqui para aprovar projeto autorizatório. Não seria bonito hoje estarmos discutindo a questão ambiental aqui? Termos aqui representantes da SANEPAR, da Secretaria de Meio Ambiente, e eles estarem dando justificativas concretas por qual é o objetivo? Mas não.

Aí, conversando com o Presidente da SANEPAR, Srs. Deputados, muito estranho o que está acontecendo. Há em determinados setores um desespero total para aprovar todos os consórcios. Ora, se nós não conseguimos, Deputado Elio Rusch, pegar o mapa do Paraná e ver quais as distâncias para constituir o consórcio, imagine o planejamento financeiro disso aqui, imagine o o objetivo.

E eu quero concluir aqui o meu encaminhamento, chamando a atenção dos Srs. Parlamentares do seguinte: se a SANEPAR não tem competência para cuidar do esgoto, não tem, quantos municípios que eu conheço que tem zero de tratamento.

Então, é o seguinte, cada um cuida da sua parte. Há um velho ditado na casa do caboclo, do caipira, Deputado Kielse, que é o seguinte: “olha, meu filho, meu filho, você cuida da tua parte, que o teu irmão cuida da sua, o pai aqui cuida da outra parte”. Se todos quiserem cuidar de uma coisa só as outras, nós vamos deixar, o que acontece? A SANEPAR tem 500 diretores ganhando um salário fantástico e a incompetência está instalada dentro da SANEPAR.

Por isto, o seguinte, Srs. Deputados, é uma sinalização para o Governo, é uma sinalização para o Governo. Tem razão sim o Deputado Dobrandino quando ele diz que Foz do Iguaçu é divisa do meu estado, Foz do Iguaçu só chega por uma rodovia. Como que Foz do Iguaçu vai ser o depósito do lixo? Será que foi discutido com a sociedade de Foz do Iguaçu? Será que os municípios da região oeste do estado querem fazer um consórcio? Será que os municípios desses consórcios querem participar do consórcio ou eles querem resolver seus problemas?

Cito um exemplo, Deputado Romanelli, município onde tenho minha indústria, onde tenho minha casa e tenho meus familiares - Bituruna - esse município não quer participar de consórcio. Por quê? Por que ele não quer participar de consórcio? Porque ele tem um tratamento exemplar na questão dos resíduos. Muitos municípios do Paraná têm ido lá ver o trabalho. Inclusive, está convidado o Cheida e a Comissão de Meio Ambiente, vão fazer uma visita a esse trabalho feito pelo município de Bituruna.

Mas, quero concluir aqui, Sr. Presidente, para desfazer aqui a questão da autorização. Ora, Deputado Durval, quem conhece a política não acredita nisto. O que acontece? Eles querem constituir o consórcio da região de Foz do Iguaçu, que é o mais polêmico. Aí, o município “X”, Deputado Elio Rusch, um determinado município lá de Foz do Iguaçu vai dizer: “Eu não quero participar”. Aí foi afirmado aqui por Deputados, se ele não quer participar, ele não participa. Não é assim. Se não conseguimos

aqui reprovar algo que eu considero um monstrego de uma lei, imaginem o Prefeito que administra uma cidade de 10 mil habitantes, a hora que a SANEPAR chegar com a faca no peito daquele município dizendo: “Você participa ou nós não fazemos determinada obra no seu município.” É assim que funciona.

Por isto, estamos aqui para colaborar com o estado na questão do lixo, do tratamento, de tudo que for necessário na questão ambiental, mas o Governo tem que aprender a planejar! Manda o planejamento do consórcio de uma microrregião que nós estaremos aqui para dar nossa contribuição! Nós não estaremos aqui para dar contribuição para incompetência, e a maior incompetência está demonstrada aqui, que o Governo chega quase no final do consórcio da região metropolitana. Imagina dos outros consórcios que eles querem aprovar neste momento.

Por esta razão, sim ao projeto, e o futuro vai dizer que estamos errando menos, e não ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Geraldo Cartário, posteriormente Deputado Romanelli.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Sr. Presidente, agradeço porque no meu pronunciamento a respeito eu omiti o nome do Presidente da empresa que adquiriu a área na Fazenda Rio Grande. Passo agora o nome do proprietário da empresa, o rei da soja do Brasil. Certamente ele acha que na Fazenda Rio Grande também dá para plantar soja, mas ele não quer plantar soja, ele quer apenas levar o lixo, inclusive de São Paulo. O nome do proprietário é o Sr. Olacir Moraes, o rei da soja, homem riquíssimo. Dr. Cheida, além do Prefeito da Fazenda Rio Grande ficar rico, como meu amigo Líder da Oposição fala, ainda em outro problema, é difícil o pessoal do IAP segurar o homem, porque ele é campeão, especialista, sujeito de São Paulo, rei da soja, chega na Fazenda Rio Grande.

Por esse motivo, Deputado Rossoni, eu queria dizer que voto a favor da SANEPAR entrar tanto no primeiro projeto como no segundo, terceiro, quarto e quinto, que na minha convicção é a forma de segurar esses empresários da soja que querem mexer com o lixo!

Quanto ao interior, Deputado Nelson Justus, somos 54 Deputados aqui, 40 de Curitiba e região metropolitana, 14 do interior, como é que eu vou explicar no interior que a SANEPAR resolve o problema do lixo em Curitiba e região metropolitana, que eu vou pedir voto na cidade, e na entrada da cidade, beirando a estrada, está cheio de lixo? Agora, com esse projeto que o Governo mandou, a SANEPAR assumindo, quando eu encontrar na entrada de uma cidade lixo espalhado, com os urubus se divertindo, vou criticar a SANEPAR!

Obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Percebo que o nosso 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, tem pressa para nós votarmos essa matéria. Mas, há dois ou três pontos que gostaria de abordar por conta de que tenho que reconhecer que alguns Parlamentares que ocuparam a tribuna nesta tarde, com o devido respeito que merecem pelos seus pontos de vista, mais desinformaram do que informaram na discussão desse tema. Me desculpem! Não é o caso do Deputado Rossoni que tem um posicionamento político, respeito como Deputado e como Parlamentar, e quero ter certeza, Deputado Rossoni, o progressista município de Bituruna vai continuar como bom exemplo, ele não precisa se integrar em nenhum consórcio porque certamente nem o Prefeito nem a Câmara de Vereadores quer participar de um consórcio público intermunicipal.

É o seguinte, minha gente: nós vivemos numa sociedade que é fundada no maniqueísmo, ou se é a favor ou se é contra. Ninguém consegue fazer uma reflexão, Sr. Presidente, sobre o que estamos vivendo. Quando o Presidente Lula sancionou a Lei nº 11107 de 2005 e quando agora, através do Decreto nº 6017, e regulamentou essa referida lei em 17 de janeiro, a lei que permite a gestão voluntária dos entes federados de determinar a política pública que é o consórcio público. O consórcio público é uma espécie de autarquia em regime especial, e esse consórcio pode ser público ou público-privado. Estamos tratando aqui do público-público. Por isso, é importante dizer a V. Exas. que estamos discutindo aqui, hoje, um tema que muito provável cada Deputado e cada Deputada daqui há alguns dias estará participando de um processo de discussão, porque todos os consórcios intermunicipais que envolvem a questão da saúde terão que se adequar a nova lei dos consórcios públicos, porque senão, a partir do dia 1º de janeiro de 2008, não receberão mais recursos do Governo Federal. V. Exas. não sabem disso, mas irão descobrir rapidamente. Todos os consórcios vão ter que se adequar a essa nova lei, que é recente, mas é muito importante porque permite, de fato, uma gestão democrática das políticas públicas. Por isso, sei que tem muita coisa em jogo quando se trata de lixo.

Seguramente, depois dos grandes escândalos do transporte coletivo, que sempre foi o grande financiador, o lixo paradoxalmente passou a ser o primeiro. Quero dizer o seguinte: Podem ficar tranquilos, a coleta e o transporte do lixo, que é onde está o filé mignon disso aqui Deputado, vai continuar sendo como é, de titularidade e responsabilidade do município. O que estamos tratando aqui é fazer com que o estado do Paraná possa ingressar através da SANEPAR daquilo que na verdade é a grande vergonha para todos nós, os lixões. O Deputado Cheida utilizou a tribuna e disse, e V. Exas. devem ter prestado atenção, no estado do Paraná temos pelo menos 70 aterros sanitários. No máximo 20, 22 funcionam de forma regular, porque não tem recursos suficientes para

se fazer uma boa gestão dos resíduos sólidos. Por isso que esse modelo novo que a SANEPAR está propondo... Quero dizer a V. Exas. o seguinte: Quem transformou a SANEPAR em uma empresa de saneamento ambiental não foi o nosso Governo, foi o Governo anterior, que permite à SANEPAR tratar da questão, modernamente, que envolve os resíduos sólidos. E vou dizer mais, a nova Lei de Saneamento, a Lei nº 11445, define...

Deputada Rosane, quero dizer a V. Exa. que quer ser Prefeita, e se for Prefeita sabe que tem 4 serviços que são fundamentais para o município e que sem os quais não se realizam os conceitos modernos de saneamento básico que é água, esgoto, lixo e drenagem de água pluvial, que é um problema gravíssimo dos municípios. Todos eles de titularidade dos municípios, mas que os municípios sozinhos não conseguem, por conta da absoluta desorganização em relação à questão tributária do nosso país, onde os recursos estão concentrados nas mãos do Governo Federal. Por isso que é necessário sim as parcerias que envolvem o setor público, para se viabilizar de forma muito interessante essas políticas públicas.

Quero dizer o seguinte: Ontem confesso que fiquei muito chateado com o processo de encaminhamento da discussão. Até conversei com o Governador. Num certo momento desanimei, mas o Presidente Nelson Justus quis votar hoje esse projeto, aqui. E quero dizer que seria muito injusto que pudéssemos aprovar o ingresso do estado para participar, para apoiar ainda mais Curitiba e região metropolitana como tem apoiado, e virando as costas para o interior do estado. Não abrindo a possibilidade de fazer com que o interior também possa receber o mesmo tratamento diferenciado e que beneficia, de forma muito objetiva, esse problema grave, como bem disse aqui o Deputado Cartário, de ver os lixões espalhados por aí. Muito há que se fazer pela frente, mas certamente aqui hoje, damos um passo. Um pequeno passo, é verdade, mas um passo importante.

Por isso quero pedir o apoio de todas as Sras. e Srs. Deputados para a aprovação do substitutivo. Deixar claro uma coisa: coleta e transporte. Não entra aqui a SANEPAR, não entra o estado. Coleta e transporte são de responsabilidade e vão continuar sendo dos municípios. A gestão do consórcio público é a mais democrática, porque, Deputado Rossoni, tem que ser votado pela Câmara de Vereadores de cada município que vai integrar um consórcio intermunicipal. O município decide se quer participar ou não. Não quer participar, não participa. A gestão do consórcio é mais democrática ainda. É uma câmara de ingestão em que, efetivamente, tem que ter a vontade da maioria e de como foi pactuado aquele consórcio.

Por isso, quero pedir a todos os Parlamentares da nossa base que apóia o Governo, que aprove o substitutivo, mas também os Parlamentares que, de forma independente, mesmo estando na Oposição votam com as suas consciências. Quero pedir o seu apoio para que possamos aprovar o substitutivo na sua íntegra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Vai se proceder à votação ao substitutivo geral.

Há sobre a mesa, Requerimento nº 3373, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando votação nominal do item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Solicito ao Sr. 1º Secretário, o Deputado Marcelo Rangel, que proceda, por gentileza, à chamada nominal dos Srs. Deputados, lembrando que os Deputados que forem favoráveis ao substitutivo votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários ao substitutivo, votam com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcelo Rangel**)
(**Procede à chamada nominal**)

Vinte e oito - SIM.

Dezesseis - NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aprovado o substitutivo. Vamos votar agora a emenda ao substitutivo.

Está em votação a emenda de plenário, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva. Em discussão. Em votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

O encaminhamento que eu faço havia discutido o acordo com a Oposição, que eles votaram contra o substitutivo geral, que também é o meu pensamento. Mas me curvei diante do apelo da base do Governo e o projeto que veio do Governo, embora seja feito na Assembléia contrariando, foi o voto mais contrariado que eu dei até hoje, porque ninguém me convenceu de forma nenhuma que isso é bom para os municípios.

Sou favorável de Curitiba, mas isso não. Eu fiz uma emenda para retirar e salvar a minha cidade de Foz do Iguaçu que não concorda com esse consórcio. Por isso, fico até com dificuldades para pedir para os meus amigos, colegas da Oposição, para votar a minha emenda. Mas, de qualquer maneira, defendendo conscientemente a minha cidade. Já fiz isso, vou pedir aos Deputados, aqueles que não concordarem eu respeito, porque sou democrático e não pude votar com eles, mas pediria que me ajudasse, porque tenho certeza, talvez essa emenda salve para que outros municípios também não entre nisso.

Agradeço a compreensão dos Deputados, porque esse convencimento que fizeram na Assembléia dizendo que isso vai ser bom, não é verdade.

Poderia muito bem aprovar apenas de Curitiba, que é urgente, e depois gradativamente os municípios teriam a oportunidade de verificar se é ou não interessante e poderiam aderir. Estou votando uma coisa que é goela abaixo e não posso concordar com isso.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Quero colocar a posição de alguns parlamentares que fazem parte da Oposição que estão presentes. Nessa votação cada um vota conforme a sua consciência, eu permaneço com a posição que foi feita pelo Deputado Dobrandino na minha pessoa que votasse contrária a participação de Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero apenas para facilitar um pouco a explanação do Deputado Dobrandino, não querendo a justificativa do seu voto, mas é evidente que se não fosse aprovado o substitutivo, não poderíamos apreciar a emenda de autoria de V. Exa. até porque a emenda é ao substitutivo. Então, por essa razão é que nós estamos votando agora a emenda de autoria de V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvi aqui o encaminhamento do Deputado Dobrandino. Esse tema na verdade tem suscitado até por conta do papel da Liderança que o Deputado exerce, não só na nossa bancada, mas o respeito que todos os parlamentares tem por ele nessa Casa, ao longo da sua vida pública. É um companheiro que eu respeito profundamente e quero dizer o seguinte, que a posição do Governo é que se inclua Foz do Iguaçu. Quero pedir a nossa bancada que rejeite a emenda formulada pelo Deputado Dobrandino.

Agora, quero dizer ao mesmo tempo, que respeito muito o Deputado Dobrandino. Essa questão na verdade, cada Parlamentar aqui forma o seu juízo de valor, porque não vou promover uma disputa interna na nossa bancada. O tema na verdade é esse, dessa forma Deputado Dobrandino, com o devido respeito.

Quero solicitar aos parlamentares a rejeição da emenda, porque é interesse que nós possamos aprová-lo. Agora cada um forma o juízo de valor necessário para votar esse tema, porque eu tenho um grande respeito pelo Deputado Dobrandino, mas a posição nossa é a posição do Governador Requião, da aprovação na íntegra do substitutivo. E dessa forma que encaminhamos.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Prestei muita atenção no que falou o Deputado Dobrandino. O Deputado é um homem de grande experiência, foi Prefeito por várias vezes, foi Deputado por várias vezes. E prestei muita atenção quando ele disse que votou contrariamente, e disse que a sua atitude da sua emenda agora poderá salvar os outros municípios. Salvar do quê? Tenho certeza que o Deputado Dobrandino não está falando em vão. Ele deve saber algumas coisas que nós não sabemos ainda.

Por isso gostaria de pedir aos Deputados que votaram não, que agora votem com o Dobrandino, porque

através dessa atitude, dessa emenda do Dobrandino, diz ele aqui no seu pronunciamento que é bem possível que nós possamos salvar outros municípios. Nós vamos votar com V. Exa.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, hoje pela manhã, na sala da presidência, nós recebemos o Presidente da SANEPAR, que nos declinou e acho que poderia ter facilitado todo este trabalho do Legislativo se nós tivéssemos seguido a ordem normal das coisas e não colocado, no linguajar popular, “a carroça na frente dos bois”.

Ele colocou que, realmente, o interesse do Governo era em relação a Arapongas, Apucarana, Foz do Iguaçu, e região metropolitana. Posteriormente, a cidade de Umuarama também falou que estava com problemas. Nós, inclusive, propusemos a colocar na semana que vem, uma alteração incluindo Foz do Iguaçu, estes outros municípios, depois de um debate. E ele nos colocou, claramente, que já existe um estudo. Nós ligamos, efetivamente, na cidade de Foz do Iguaçu já está tramitando na Câmara de Vereadores, uma autorização e recebemos, também, uma ligação. Acho que talvez aí entra, Deputado, a preocupação do Deputado Dobrandino, acho que não é uma coisa só dele, é de muitos Deputados aqui.

Recebi uma ligação do Diretor Geral da Itaipu, dizendo que em sendo construído este consórcio, na região de Foz do Iguaçu, eles pretendem fazer um trabalho experimental, sem custo para os municípios, com os subsídios a fundo perdido da Itaipu. Motivo pelo qual fui um dos que assinei a emenda do Deputado Dobrandino. Pretendo, inclusive, mudar esta posição porque acredito que vamos ter que, a partir de agora, fazer um outro papel que compete aos Deputados: o de fiscalizarmos, para que se eventualmente estiver acontecendo algo de errado neste processo todo, usamos nosso papel como fiscalizadores.

Quero dar um voto de confiança, não ao Presidente da SANEPAR nem ao Diretor da Itaipu Binacional, mas um voto de confiança à palavra do nosso 1º Secretário e também a do Presidente da Casa, que diz que esta é a vontade do Requião, de fazer primeiramente nestas 4 cidades e depois levar este trabalho.

Então, votamos contra, conforme disse nossa Líder em assuntos ambientais, a Deputada Rosane Ferreira, porque entendemos que tínhamos que debater melhor. Infelizmente, fomos voto vencido. Mas agora, queremos dizer que não podemos excetuar a cidade de Foz do Iguaçu, até porque não quero acreditar que tenha nada de errado por trás disto, porque se tiver, vamos ter que fazer nosso papel de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, quero encaminhar para que o projeto, a emenda do Deputado Dobrandino seja rejeitada, pelo seguinte: aqui nesta Casa todos concordam com a celebração dos consórcios. Senti unanimidade disto. E a articulação das prefeituras e prefeitos, real, acontece hoje na região metropolitana de Curitiba. Estas informações que nos chegam, o projeto original veio desta forma. A lei que regulamentou os consórcios, a lei de consórcios foi de 2005. A regulamentação dos consórcios foi em janeiro deste ano.

Então, a forma apressada - não necessariamente apressada, Deputado Rossoni - pelo seguinte: o Ministério das Cidades condiciona que os municípios tenham seu plano ambiental para fazer e celebrar consórcios e receber recursos. Portanto, precisa desta lei.

Quero assumir um compromisso, acredito que o Líder do Governo vai assumir conosco, o ideal seria que esta lei fosse uma lei "guarda-chuva", que contemplasse 54 microrregiões que caberiam celebrar consórcios para tratar o lixo. O compromisso que quero assumir aqui, que vou assinar junto com V. Exas., Deputados da Oposição, que onde tiver iniciativa de prefeituras e prefeitos que queiram celebrar consórcios, vamos fazer a emenda nesta lei que será sancionada.

Portanto, tirar Foz do Iguaçu, na medida em que até tem projeto na Câmara, seria um contra-senso deste Poder. Peço à minha bancada que vote para derrubar a emenda do Deputado Dobrandino, respeitando sua posição. Deve ter toda sua motivação para apresentar esta emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Conversamos com o Presidente pela manhã, o senhor estava presente, e na saída, em avulso, pedimos uma orientação da SANEPAR. Ele foi muito claro. O tema é velho e é novo. É velho porque os lixos de todos os municípios, os lixões existem há 100 anos. Mas, é novo pela pressão do Ministério Público, neste momento.

O que queremos é adequar a cada momento este projeto, baseado em que todos os municípios vão ter este interstício de tempo para poder, realmente, se adequar aos consórcios futuros. Por isso, eu acompanho o pensamento do nosso Líder do Governo e pedimos que o Deputado Caíto, como célebre sábio homem do sudoeste, também inclua os outros municípios na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há sobre a mesa, Requerimento nº 3376, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente, solicitando votação nominal da emenda de plenário ao substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 604/07, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcelo Rangel)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Vinte e quatro Deputados votaram com a expressão NÃO; doze com a expressão SIM.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está rejeitada a emenda.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 677/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/07, que cria cargos, com lotação na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, 10 cargos de Vice-Diretor da Unidade Penal, símbolo 1-C e 10 cargos de Chefe de Segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C, todos de provimento em comissão. (**Publ. no DA nº 110/07, de 12/09/07, em Mensagens**).

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Queria registrar o meu voto contrário a esse projeto, por estar criando cargos e não tem cargos para o IML.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Registro o meu voto a favor desse projeto. Fizemos uma Audiência Pública em Campo Mourão sobre segurança pública. A segurança pública está um caos e essa é uma das reivindicações da população.

Então, voto a favor desse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 707/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/07, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 707/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo Rotativo do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, em benefício de suas Unidades Circunscrições Regionais de Trânsito e Postos de Trânsito mantidos diretamente pelo DETRAN/PR, adminis-

trado no âmbito de cada Unidade por um servidor designado pela Diretoria Geral da autarquia, fiscalizado pela Coordenadoria Financeira da autarquia e regido pela presente lei.

Art. 2º A Receita do Fundo Rotativo será composta pelas dotações programadas no orçamento próprio da autarquia (fone 250), nos elementos específicos e eventuais suplementações quando indispensáveis, destinados à manutenção, pequenos reparos, aquisição de material de consumo, combustível e outros gastos correntes de cada Unidade, conforme manual de funcionamento.

§ 1º fica vedada qualquer despesa com pessoal.

§ 2º Fica vedada qualquer despesa de capital.

Art. 3º Os recursos do Fundo Rotativo serão mantidos em depósito em agência de Banco Oficial, em conta única e especial, e o resultado das aplicações financeiras reverterá como receita do próprio Fundo Rotativo.

Art. 4º O Administrador do fundo prestará contas dos recursos à Coordenadoria Financeira do DETRAN/PR, que analisará a execução da despesa e a encaminhará à Inspeção do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com a lei.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo, por decreto, regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/07, de autoria dos Deputados Mauro Moraes, Dr. Batista, Cleiton Kielse, Edgar Bueno e Ademar Traiano, que isenta motocicletas e similares do pagamento de pedágio, na forma que menciona. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Cândido Furtado Maia Neto. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, fica o Poder Exe-

cutivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que liga a PR-092 km 299 + 650 à sede do município de Quatiguá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/07, de 27/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 626/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que especifica.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

E ainda em seu artigo 25 e parágrafo 1º, diz:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas por esta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 626/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem o objetivo estadualizar a estrada municipal que liga a PR-092 km 299 + 650 à sede do município de Quatiguá.

Fundamentação

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 09.10.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 767/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que institui o dia do trabalhador da área de reciclagem e sucatas do estado do Paraná, que será comemorado anualmente no dia 10 de julho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/07, de 29/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 767/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse tem por objetivo instituir o dia do trabalhador da área de reciclagem e sucatas do estado do Paraná, que será comemorado anualmente no dia 10 de julho.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MAURO MORAES - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3371, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3372, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Minha tendência era encaminhar favoravelmente, mas vi que envolve aqui questões de inquérito policial. Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3346, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3347 a 3352, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3355, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3356, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3359 e 3360, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3367, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3370, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3375, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 203, 623, 675/07 e do Projeto de Resolução nº 033/07.

3º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/07.

2º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 626 e 767/07.

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Presidência

Ato

ATO DO PRESIDENTE Nº 16/07

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que são conferidas pelo artigo 19 e 20 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

Nomear para composição da estrutura administrativa do PREVIDEPAR, de acordo com o Estatuto, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a

Lei Complementar nº 120 de 12 de julho de 2007, em cumprimento ao disposto no artigo 51 do Anexo I - regulamento da Resolução nº 009, de 16 de julho de 2007;

PARA O CONSELHO DELIBERATIVO

Como Presidente:

José Durval de Mattos do Amaral

Como Membros:

Luiz Roberto Accorsi Motta, Plauto Miró Guimarães Filho, Dobrandino Gustavo da Silva, Edson Praczyk, Alexandre Maranhão Khury e Luiz Fernando Ribas Carli Filho.

Como Suplentes:

Duflío Genari, Reinhold Stephanes Júnior, Reni Cloves Pereira, Ademar Luiz Traiano, Cleiton Crisóstomo Kielse, Elio Lino Rusch e Antonio Martins Anibelli.

PARA O CONSELHO FISCAL

Como Presidente:

Nelson Roberto Plácido Silva Justus, Nereu Alves de Moura, Maria Aparecida Borghetti, Luiz Carlos Martins Gonçalves e Felipe Lucas.

Como Suplentes:

Carlos Simões, José Francisco Bühner, Ney Leprevost Neto, Nelson Garcia e Augustinho Zucchi.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.11.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 0248/07 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, nas rubricas abaixo.

REDUÇÃO DA DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3500	2000	100	50.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3300	2000	100	50.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 12.11.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

